

# INFORME OPERAÇÕES ESPECIAIS

07/05/2021

## 1. INTRODUÇÃO

Este documento tem o objetivo de apresentar dados gerenciais sobre o conjunto das 53 operações especiais deflagradas pela CGU no período de março de 2020 a abril de 2021 que envolvem recursos destinados ao combate à pandemia de Covid-19.

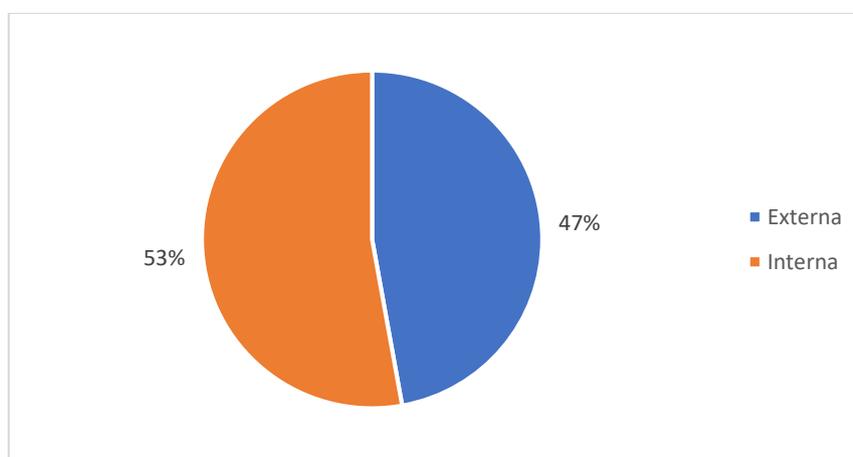
## 2. INFORMAÇÕES GERENCIAIS

A Diretoria de Operações da Secretaria de Combate à Corrupção - SCC, em parceria com as Superintendências Regionais da CGU, executou no exercício de 2020 o trabalho de monitoramento da execução das despesas com recursos públicos federais por Estados, Distrito Federal, Municípios, órgãos públicos e entidades privadas sem fins lucrativos, relacionadas ao enfrentamento da pandemia do COVID-19, com foco em situações de fraude e corrupção.

No escopo do monitoramento estavam inclusos: os recursos públicos federais transferidos a Estados, Municípios, órgãos públicos e entidades privadas, relacionadas ao enfrentamento da pandemia; os recursos públicos federais que não tinham sua aplicação diretamente relacionadas ao enfrentamento da pandemia, mas que, em razão da situação de emergência sanitária decretada, tiveram execução respaldadas em contratações excepcionais justificadas pelos gestores em razão da situação emergencial; e os processos licitatórios e contratações em realização que visem a execução de recursos públicos federais nas situações citadas, em que seja detectada situação de risco de fraude ou corrupção. Além do monitoramento, uma segunda linha de atuação foi por meio de atendimento demandas e requisições de órgãos parceiros, tais como Polícia Federal e Ministério Público Federal.

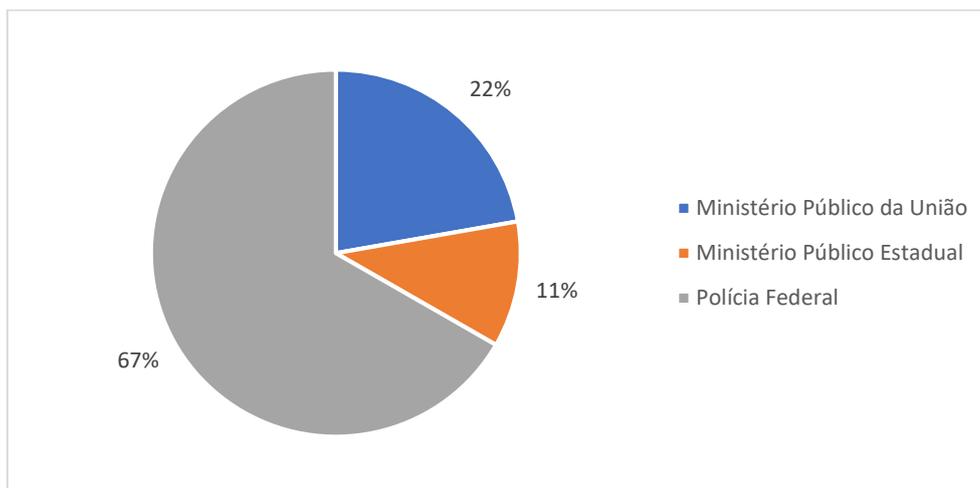
A partir desse monitoramento e do atendimento de demandas externas, foram realizadas 53 operações especiais no escopo de combate às fraudes nas despesas relacionadas à Covid-19. Dessas, 52% surgiram a partir de demandas externas, enquanto 48% se originaram a partir de trabalhos da própria CGU, em especial, das atividades de monitoramento de gastos. Em relação às operações que tiveram como origem externa, percebe-se, pelo gráfico 2, que grande parte advém de demandas da Polícia Federal, totalizando 67%.

Gráfico 1 – Origem da demanda das operações deflagradas



Fonte: DOP/SCC/CGU

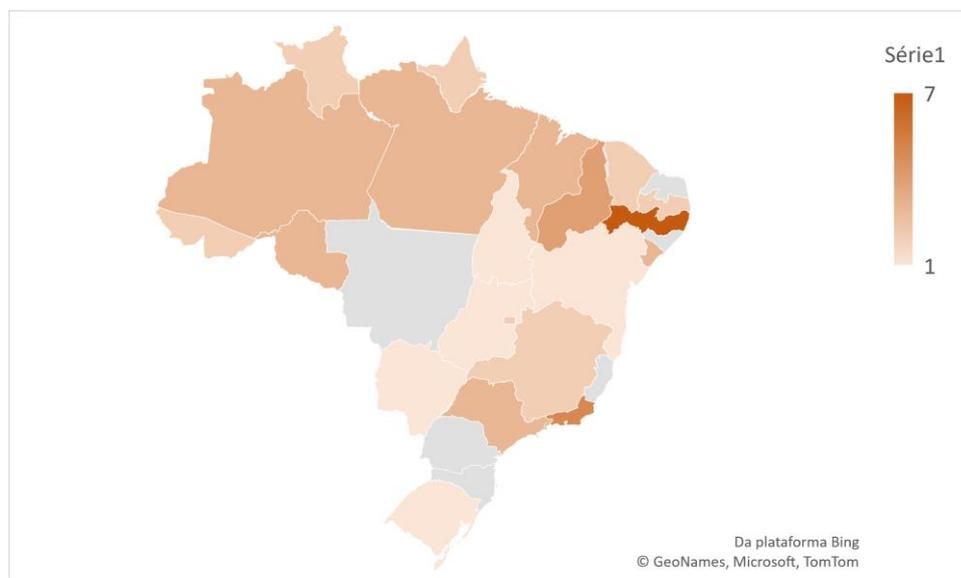
Gráfico 2 – Origem da demanda: externa – demandantes



Fonte: DOP/SCC/CGU

As operações foram deflagradas no âmbito de 21 Superintendências Regionais da CGU, conforme mapa a seguir.

Mapa 1 – Quantidade de operações deflagradas por UF



Fonte: DOP/SCC/CGU

Os valores dos recursos envolvidos (investigados) nas 53 operações alcançaram o montante de R\$ 1,6 bilhão. O prejuízo efetivo (que de fato constou nas apurações) atingiu quase R\$ 39,2 milhões e o prejuízo potencial é de R\$ 124,8 milhões (que decorre dos desdobramentos que afetem outros contratos e o aprofundamento da investigação). Assim, o prejuízo total estimado é da ordem de R\$ 164 milhões. A próxima tabela detalha os valores por UF:

Tabela 1 – Detalhamento de valores, prejuízos e quantidade de operações por UF

UF	Qtd. operações	Montante Envolvido	Prejuízo potencial	Prejuízo efetivo	Prejuízo total estimado
AC	2	6.993.975,00	241.776,69	1.239.140,56	1.480.917,25
AM	3	2.976.000,00	-	687.852,80	687.852,80
AP	2	5.833.069,75	600.000,00	-	600.000,00
BA	1	2.986.061,90	500.000,00	110.661,62	610.661,62
CE	2	130.648.156,80	61.442.402,29	4.663.073,18	66.105.475,47
DF	2	79.794.900,00	12.000.000,00	197.400,00	12.197.400,00
GO	1	3.911.564,58	-	-	-
MA	3	89.822.140,34	2.946.600,00	3.171.600,00	6.118.200,00
MG	2	103.801.420,66	-	480.000,00	480.000,00
MS	1	634.697,50	-	-	-
PA	3	437.770.787,83	-	-	-
PB	2	5.969.017,15	279.300,00	48.272,00	327.572,00
PE	7	176.080.025,91	7.333.018,00	-	7.333.018,00
PI	4	88.799.149,93	1.850.708,92	19.354.308,64	21.205.017,56
RJ	5	64.625.833,27	8.434.270,00	398.444,00	8.832.714,00
RO	3	41.753.550,00	176.600,00	-	176.600,00
RR	2	58.543.467,78	3.468.861,99	8.338.738,90	11.807.600,89
RS	1	60.000.000,00	15.000.000,00	-	15.000.000,00
SE	3	6.002.966,60	-	-	-
SP	3	239.013.765,13	3.113.219,00	534.476,00	3.647.695,00
TO	1	13.334.000,00	7.458.815,40	-	7.458.815,40
	<b>53</b>	<b>R\$ 1.619.294.550,13</b>	<b>R\$ 124.845.572,29</b>	<b>R\$ 39.223.967,70</b>	<b>R\$ 164.069.539,99</b>

Fonte: DOP/SCC/CGU

Por meio de ações coordenadas com a Polícia Federal e o Ministério Público, já foram expedidos 778 mandados de busca e apreensão e 67 mandados de prisão temporária, sendo que 472 pessoas físicas e 291 jurídicas estão sob investigação. As apurações continuam com o aprofundamento dos trabalhos e eventual apresentação de denúncia dos envolvidos ao Judiciário, a cargo da Polícia Federal e do MPF no âmbito judicial.

Acerca das pessoas físicas que foram alvos de medidas requeridas pelos órgãos parceiros e devidamente concedidas pelo Judiciário, 129 eram agentes públicos à época dos fatos. Foram alvos ainda das operações 51 pessoas jurídicas de natureza pública, 228 empresas privadas e 12 entidades sem fins lucrativos. Os detalhes são apresentados na tabela a seguir.

Tabela 2 – Detalhamento de pessoas que foram alvos das operações à época dos fatos

Tipo	Esfera			Total
	Municipal	Estadual	Federal	
Agente Público	73	49	7	129
Fundo/Órgão Público	36	13	2	51
	103	66	9	178

Fonte: DOP/SCC/CGU

Quanto à tipologia de fraudes, as mais identificadas nas operações realizadas foram:

- Irregularidades no processo de licitação, em especial, na instrução, habilitação, fracionamento e publicação do edital;
- Direcionamento da licitação: cláusula restritiva, projeto básico, especificação do objeto etc.;
- Acerto prévio entre licitantes e/ou agentes públicos;
- Vínculos entre entidades licitantes, privadas e/ou agentes públicos;
- Dispensa/inexigibilidade irregular de licitações;
- Crimes previstos nos artigos 89, 90, 91, 92, 93, 96 e 97 da Lei nº 8.666/93;
- Sobrepreço e/ou superfaturamento na aquisição de bens e/ou prestação de serviços;
- Utilização de empresa fantasma;
- Utilização de pessoa interposta;
- Irregularidades nos pagamentos contratuais;
- Contratos em duplicidade, em desacordo com o edital e/ou com irregularidades nos aditivos/contratos;
- Inexecução contratual e irregularidades na entrega dos bens/prestação de serviços;
- Adulteração/falsificação documental;
- Empresas sem capacidade técnica e/ou operacional.

A próxima seção detalha informações a respeito de cada operação deflagrada, em especial o nome da operação, UF, data de deflagração, objeto e indicação de agentes públicos e órgãos públicos que tenham sido alvos de medidas cautelares. Por fim, a última seção apresenta a lista de informações divulgadas a respeito das operações deflagradas.

### 3. OPERAÇÕES DEFLAGRADAS

Tabela 3 – Dados das operações deflagradas: montante envolvido, prejuízos e objeto

Data Deflagração	Operação da CGU	Nome da Operação	Montante Envolvido	Prejuízo Potencial	Prejuízo Efetivo	Prejuízo total estimado	Objeto
23/04/2020	PB	Alquimia	586.783,00	279.300,00	48.272,00	327.572,00	Inexigibilidade – aquisição de livros/cartilhas -montante aproximado R\$580 mil.
15/05/2020	DF	Grabato	79.000.000,00	12.000.000,00	-	12.000.000,00	Dispensa – gestão do hospital de campanha (200 leitos) – montante aproximado R\$ 79 milhões.
21/05/2020	SP	Medcruz	7.213.916,42	3.113.219,00	534.476,00	3.647.695,00	Gestão de serviços de saúde – montante aproximado R\$ 7,2 milhões.
27/05/2020	RS	Camilo	60.000.000,00	15.000.000,00	-	15.000.000,00	Gestão – serviços de saúde – montante aproximado de R\$ 60 milhões.
28/05/2020	PE	Apneia	9.400.000,00	-	-	-	Dispensa – aquisição de 500 respiradores – montante aproximado R\$ 11 milhões
29/04/2020	AP	Virus Infectio	930.100,00	600.000,00	-	600.000,00	Dispensa – aquisição de EPIs – montante aproximado R\$ 930 mil
09/06/2020	MA	Cobiça Fatal	28.802.945,58	2.306.600,00	1.811.600,00	4.118.200,00	Dispensa – aquisição de máscaras de proteção – montante R\$ 2.306.600 milhões.
09/06/2020	RJ	Scepticus	4.737.628,01	-	-	-	Dispensa – aquisição medicamentos, testes rápidos para diagnóstico do Covid-19, EPIs, equipamentos médico-hospitalares, locação de estrutura e montagem de hospital de campanha e material de limpeza no montante de R\$ 4,7 milhões.
25/05/2020	CE	Dispneia	34.700.000,00	25.400.000,00	-	25.400.000,00	Dispensa – aquisição de respiradores – montante aproximado R\$ 35 milhões.
10/06/2020	AC	Assepsia	6.993.975,00	241.776,69	1.239.140,56	1.480.917,25	Ocorrência de ilícitos na contratação de empresas fornecedoras de medicamentos, aquisição de testes rápidos para diagnóstico do Covid-19, EPI's, equipamentos médicos-hospitalares, locação de estrutura e montagem de hospital de campanha e matéria de limpeza – R\$ 4.737.628,01.
10/06/2020	PA	Para Bellum	50.400.000,00	-	-	-	Dispensa – aquisição de 400 ventiladores pulmonares – montante R\$ 50,4 milhões.

15/06/2020	RJ	Exam	26.287.445,86	7.000.000,00	-	7.000.000,00	Aquisição de medicamentos e duplicidade em pagamentos de exames.
03/12/2020	GO	Aventura	3.911.564,58	-	-	-	Apurar indícios de irregularidades na contratação de empresas para a prestação de serviços de saúde no município de Crixás (GO), destacadamente no fornecimento de materiais hospitalares no âmbito do combate à pandemia do Coronavírus.
16/06/2020	PE	Casa de Papel	1.154.997,60	-	-	-	Dispensa – aquisição emergencial de materiais e insumos médico-hospitalares – montante R\$ 7.5 milhões.
26/06/2020	AP	Vírus Infectio - 3ª fase	4.902.969,75	-	-	-	Dispensa – aquisição emergencial de materiais e insumos médico-hospitalares – R\$ 4.902.969,75.
30/06/2020	AM	Sangria	2.976.000,00	-	496.000,00	496.000,00	Apurar possíveis irregularidades em contratos celebrados por dispensas de licitação, em caráter emergencial de 28 ventiladores pulmonares destinados ao tratamento de infectados pelo novo coronavírus. R\$ 2.976.000,00.
20/11/2020	MG	Vácuo	770.000,00	-	480.000,00	480.000,00	Apuração de favorecimento à empresa contratada para a locação dos 10 equipamentos e para a aquisição de dois respiradores remanufaturados.
07/07/2020	SE	Seródio	3.258.000,00	-	-	-	Apurar irregularidades na contratação de empresa para montagem da estrutura necessária ao funcionamento do Hospital de Campanha do município. R\$ 3.258.000,00.
10/07/2020	PB	Estirpe	5.382.234,15	-	-	-	Aquisição de bens supérfluos após a decretação da situação de emergência causada pela Covid-19. R\$ 5.382.234,15.
23/07/2020	PE	Bal Masqué	11.255.598,00	7.333.018,00	-	7.333.018,00	Aquisição de material médico-hospitalar (máscaras, aventais e toucas), no valor inicial de R\$ 15.321.946,00.
18/06/2020	PA	Solercia	73.928.946,00	-	-	-	Dispensa – aquisição de cestas de alimentação escolar para toda rede estadual de ensino como medida de enfrentamento a Covid-19 no valor total de R\$ 73.9 milhões.
23/07/2020	PE	Apneia - 3ª fase	2.671.000,00	-	-	-	Dispensa – aquisição de 500 respiradores – montante aproximado R\$ 11 milhões.
24/07/2020	RO	Dúctil - 2ª fase	10.917.800,00	-	-	-	Dispensa – aquisição emergencial de materiais e insumos médico-hospitalares – montante R\$ 21 milhões.

30/07/2020	RO	Polígrafo	10.500.000,00	-	-	-	Indícios de crimes em dispensas de licitação para aquisição de 100.000 (cem mil) testes rápidos de Covid - R\$ 10.500.000,00.
13/08/2020	PI	NaClO	253.960,00	171.553,00	-	171.553,00	A aquisição de trinta mil litros (seis mil galões de cinco litros) de hipoclorito de sódio 2% voltados à prevenção e ao combate à Covid-19.
03/06/2020	PE	Inópia	12.700.000,00	-	-	-	Dispensa – aquisição de 200 mil cestas básicas no valor total de R\$ 12,7 milhões.
13/08/2020	RR	Vírión	36.243.467,78	3.468.861,99	8.338.738,90	11.807.600,89	Aquisição de equipamentos de proteção individual – EPI e de materiais e equipamentos de saúde até ventiladores pulmonares.
16/06/2020	PE	Antídoto	81.129.467,40	-	-	-	Dispensa – aquisição emergencial de materiais e insumos médico-hospitalares – montante R\$80 milhões.
Sigilo	MS	Sigilo (segredo de justiça)	634.697,50	-	-	-	Sigilo (segredo de justiça).
20/08/2020	SE	Estroinas	2.357.384,60	-	-	-	Aquisição de materiais e locação de espaços voltados ao atendimento de pacientes.
16/09/2020	PE	Desumano	57.768.962,91	-	-	-	Gestão de serviços de saúde no âmbito da COVID-19, no Hospital Provisório do Recife e operacionalização e execução de ações e serviços de saúde em regime de 24 (vinte e quatro) horas por dia, no Centro de Triagem e Tratamento para o Coronavírus.
18/09/2020	TO	Cama de TUT	13.334.000,00	7.458.815,40	-	7.458.815,40	Aquisição de 590 camas eletrônicas hospitalares. como objeto a gestão para o fomento, gerenciamento, operacionalização e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidas nos hospitais como medida de enfrentamento à pandemia do COVID-19.
02/09/2020	PI	Caligo	17.427.171,53	861.816,80	190.000,00	1.051.816,80	Aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI).
29/09/2020	PA	S.O.S.	313.441.841,83	-	-	-	Contratação de empresa para realizar exames de diagnóstico por radiologia em pacientes do Hospital de Campanha de Aracaju.
08/10/2020	AM	Sangria - 2ª fase	-	-	-	-	Apurar possíveis irregularidades em contratos celebrados por dispensas de licitação, em caráter emergencial de 28 ventiladores pulmonares destinados ao tratamento de infectados pelo novo coronavírus.
14/10/2020	RR	Desvid-19	22.300.000,00	-	-	-	Aquisição de equipamentos de EPI e teste rápido para detecção do Covid-19.

30/10/2020	MA	Oficina Desmascarada	60.059.194,76	-	1.040.000,00	1.040.000,00	Licitações relacionadas à compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) para utilização nas ações de combate à Covid-19. Licitações relacionadas à compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) para utilização nas ações de combate à Covid-19.
06/10/2020	RJ	Apneuse	1.800.000,00	784.000,00	-	784.000,00	Aquisição de 10 respiradores pulmonares, fabricados nas décadas de 1980 e 1990, sem certificação junto à Anvisa.
24/11/2020	RJ	Octopus	30.464.340,80	-	-	-	Apurar possíveis irregularidades de sociedades empresárias no fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares em municípios da Baixada Litorânea.
03/11/2020	CE	Cartão Vermelho	95.948.156,80	36.042.402,29	4.663.073,18	40.705.475,47	Apurar irregularidades na contratação de Organização Social, promovida pela Prefeitura de Fortaleza/CE, para implementação, gerenciamento e gestão do Hospital de Campanha do Estádio Presidente Vargas – HCPV.
10/06/2020	RO	Dúctil	20.335.750,00	176.600,00	-	176.600,00	Dispensa – aquisição emergencial de materiais e insumos médico-hospitalares – montante R\$ 21 milhões.
30/11/2020	AM	Sangria - 3ª fase	-	-	191.852,80	191.852,80	Irregularidades no pagamento de R\$ 191 mil para o transporte de 19 respiradores pelo Governo do Estado do Amazonas, frete que deveria ter sido custeado pela empresa fornecedora dos referidos equipamentos.
11/12/2020	MG	Entre Amigos	103.031.420,66	-	-	-	Apurar indícios de desvios de recursos públicos por OS, em Contrato de Gestão firmado com a Secretaria Municipal de Saúde de Divinópolis para o gerenciamento de uma Unidade de Pronto Atendimento (UPA) e do hospital de campanha montado pelo município em decorrência da pandemia de COVID-19.
15/12/2020	DF	Tolueno	794.900,00	-	197.400,00	197.400,00	Apurar possíveis irregularidades no fornecimento de álcool em gel 70% e máscaras cirúrgicas adquiridos e de péssima qualidade, o que poderia colocar em risco profissionais da saúde e pacientes.
22/12/2020	BA	Anóxia	2.986.061,90	500.000,00	110.661,62	610.661,62	Desvio de recursos públicos destinados às ações de combate a pandemia do Covid-19. contratação de mão de obra, pelo município de Ilhéus/BA, para atuar em unidades de saúde da Prefeitura.
12/01/2021	PI	Campanile	33.724.306,03	441.481,76	-	441.481,76	Investigações acerca da possível ocorrência de conluio entre gestores da Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi) e empresários em processos de dispensa de licitação durante a pandemia da Covid-19.

14/01/2021	PI	Onzena	37.393.712,37	375.857,36	19.164.308,64	19.540.166,00	Apurar fraude às contratações públicas e de compra superfaturada de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de testes rápidos para detecção do coronavírus promovidas pela Fundação Estatal Piauiense de Serviços Hospitalares (Fepiserh), pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi) e pela Prefeitura de Bom Princípio do Piauí (PI).
10/02/2021	RJ	Desmascarados	1.336.418,60	650.270,00	398.444,00	1.048.714,00	Combater desvios de recursos públicos na área da saúde praticados no Hospital Universitário Gafreé Guinle (HUGG), na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ).
02/10/2020	SE	Raio X - 4ª fase da Seródio	387.582,00	-	-	-	Contratação de empresa para realizar exames de diagnóstico por radiologia em pacientes do Hospital de Campanha de Aracaju.
02/03/2021	MA	Estoque Zero	960.000,00	640.000,00	320.000,00	960.000,00	Direcionamento na contratação, por dispensa de licitação e em caráter emergencial, de empresa de duvidosa capacidade técnica e operacional pela Secretaria de Saúde de Pinheiro (MA) para fornecimento de 6 mil testes rápidos de Covid-19, no valor total de R\$ 960 mil.
27/08/2020	SP	Protocletos	1.391.970,00	-	-	-	Fornecimento de fraldas descartáveis geriátricas e infantis destinadas ao Hospital de Campanha para enfrentamento do Coronavírus.
15/04/2021	AC	Assepsia - 2ª fase	-	-	-	-	Apurar irregularidades na aquisição de material de consumo (álcool em gel 70% e máscaras) realizada pela Secretaria Municipal de Saúde de Rio Branco/AC - Semsa por meio da dispensa de licitação nº 14/2020, justificada pelo cenário epidemiológico causado pelo coronavírus (Covid19).
20/04/2021	SP	Contágio	230.407.878,71	-	-	-	Identificação de possíveis fraudes em contratações emergenciais realizadas pelo Governo do Estado de São Paulo e pelas Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo, envolvendo recursos públicos federais destinados ao combate à pandemia decorrente do Coronavírus - Covid-19.

Tabela 4 – Dados das operações deflagradas: indicação de órgãos e agentes públicos (à época dos fatos) alvos de medidas cautelares

Data Deflagração	Operação da CGU	Nome da Operação	Órgãos Públicos				Outros (Empresas privadas ou entidades sem fins lucrativos)	Agentes Públicos		
			Federal	Estadual	Municipal	Órgãos Públicos		Federal	Estadual	Municipal
23/04/2020	PB	Alquimia			X	Município de Aroeiras/PB	X			X
29/04/2020	AP	Virus Infectio					X			
15/05/2020	DF	Grabato					X		X	
21/05/2020	SP	Medcruz			X	Município de Cruzeiro/SP	X			X
25/05/2020	CE	Dispneia			X	Órgãos do Governo Municipal de Fortaleza/CE	X			
27/05/2020	RS	Camilo					X		X	X
28/05/2020	PE	Apneia			X	Município do Recife/PE	X			X
09/06/2020	MA	Cobiça Fatal			X	Órgãos do Governo Municipal de São Luís/MA	X			X
09/06/2020	RJ	Scepticus			X	Órgãos do Governo Municipal de Carapebus/RJ	X			X
03/06/2020	PE	Inópia		X		Órgão do Governo Estadual de Pernambuco	X			
10/06/2020	AC	Assepsia			X	Município de Rio Branco/AC	X			X
10/06/2020	PA	Para Bellum		X		Órgão do Governo Estadual do Pará	X	X	X	
15/06/2020	RJ	Exam			X	Órgão do Governo Municipal de Cabo Frio/RJ	X			X
10/06/2020	RO	Dúctil		X		Órgão do Governo Estadual de Rondônia	X			
16/06/2020	PE	Casa de Papel			X	Órgão do Governo Municipal de Olinda/PE Governo Municipal de Paulista/PE Órgão do Governo Municipal de Recife/PE Órgão do Governo Municipal de Cabo de Santo Agostinho/PE	X		X	

16/06/2020	PE	Antídoto			X	Órgão do Governo Municipal de Recife/PE	X			
18/06/2020	PA	Solercia		X		Órgãos do Governo Estadual do Pará	X			
26/06/2020	AP	Vírus Infectio - 3ª fase		X		Órgãos do Governo Estadual do Amapá			X	
30/06/2020	AM	Sangria					X		X	
07/07/2020	SE	Seródio			X	Órgão do Governo Municipal de Aracaju/SE	X			X
10/07/2020	PB	Estirpe					X			X
23/07/2020	PE	Bal Masqué			X	Órgão do Governo Municipal de Recife/PE	X			X
23/07/2020	PE	Apneia - 3ª fase			X	Município do Recife/PE				X
24/07/2020	RO	Dúctil - 2ª fase			X	Município de Guajará-Mirim/RO				X
30/07/2020	RO	Polígrafo					X		X	
13/08/2020	PI	NaClO			X	Órgãos do Governo Municipal de União/PI	X			X
13/08/2020	RR	Vírión		X		Órgão do Governo Estadual de Roraima	X		X	
Sigilo (segredo de justiça)	MS	Sigilo (segredo de justiça)								
27/08/2020	SP	Protocletos					X			
20/08/2020	SE	Estroinas			X	Órgãos do Governo Municipal de Carmópolis/SE	X			X
02/09/2020	PI	Caligo			X	Órgão do Governo Municipal de Teresina/PI	X			
16/09/2020	PE	Desumano			X	Órgão do Governo Municipal de Jaboatão dos Guararapes/PE	X			X
18/09/2020	TO	Cama de TUT		X		Órgão do Governo Estadual do Tocantins	X		X	
29/09/2020	PA	S.O.S.		X		Órgãos do Governo Estadual do Pará	X		X	

02/10/2020	SE	Raio X - 4ª fase da Seródio					X			
06/10/2020	RJ	Apneuse			X	Município de Japeri/RJ	X			
08/10/2020	AM	Sangria - 2ª fase							X	
14/10/2020	RR	Desvid-19		X		Órgão do Governo Estadual de Roraima	X	X		X
30/10/2020	MA	Oficina Desmascarada			X	Órgão do Governo Municipal de São Luís/MA	X			X
24/11/2020	RJ	Octopus			X	Município de Araruama/RJ Município de Armação de Búzios/RJ Município de Iguaba Grande/RJ Município de São Pedro da Aldeia/RJ Município de Saquarema/RJ				
03/11/2020	CE	Cartão Vermelho			X	Órgão da Prefeitura Municipal de Fortaleza/CE	X			X
20/11/2020	MG	Vácuo			X	Município de Divinópolis/MG	X			
30/11/2020	AM	Sangria - 3ª fase							X	
11/12/2020	MG	Entre Amigos					X			X
03/12/2020	GO	Aventura			X	Município de Crixás/GO	X			
15/12/2020	DF	Tolueno		X		Órgão do Governo Distrital	X		X	X
22/12/2020	BA	Anóxia			X	Município de Ilhéus	X			X
12/01/2021	PI	Campanile		X		Órgão do Governo Estadual do Piauí	X		X	
14/01/2021	PI	Onzena		X	X	Órgão do Governo Estadual do Piauí Município de Bom Princípio do Piauí/PI	X		X	
10/02/2021	RJ	Desmascarados	X			Universidade Federal do Estado do RJ	X	X		
02/03/2021	MA	Estoque Zero			X	Órgão do Governo Municipal de Pinheiro/MA	X			X

15/04/2021	AC	Assepsia - 2ª fase					X			X
20/04/2021	SP	Contágio			X	Município de Embu das Artes/SP Município de Hortolândia/SP	X			X

## 4. LISTA DE RELEASES

### Sumário

20/04/2021: OPERAÇÃO CONTÁGIO - Polícia Federal deflagra a Operação Contágio contra desvio de recursos públicos destinados ao tratamento de Covid-19 em municípios de São Paulo .....	17
15/04/2021: OPERAÇÃO ASSEPSIA II - Covid-19: CGU e PF reforçam apuração de desvios na saúde em Rio Branco (AC).....	18
02/03/2021: OPERAÇÃO ESTOQUE ZERO - Covid-19: CGU e PF combatem desvios da saúde em Pinheiro (MA) .....	19
10/02/2021: OPERAÇÃO DESMASCARADOS - Covid-19: CGU e PF combatem desvios de recursos no Rio de Janeiro .....	20
14/01/2021: OPERAÇÃO ONZENA - Covid-19: CGU e PF aprofundam investigações de fraudes no Piauí .....	21
12/01/2021: Operação Campanile - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades na Secretaria de Saúde do Piauí.....	22
22/12/2020: OPERAÇÃO ANÓXIA - Covid-19: CGU e PF investigam desvio de recursos em contrato de terceirização para enfrentamento da pandemia do coronavírus em Ilhéus/BA .....	24
16/12/2020: OPERAÇÃO TOLUENO II - Covid-19: CGU e PF seguem com Operação Tolueno em Pirenópolis (GO) .....	26
15/12/2020: OPERAÇÃO TOLUENO - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades em Goiás .....	27
11/12/2020: Operação Entre Amigos - Covid-19: CGU, PF e MPF apuram irregularidades em Divinópolis (MG).....	29
03/012/2020: OPERAÇÃO AVENTURA - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades na saúde em Crixás (GO) .....	30
30/11/2020: OPERAÇÃO SANGRIA - Covid-19: CGU, PF e MPF combatem irregularidades em Manaus (AM).....	31
04/11/2020: OPERAÇÃO OCTOPUS - Covid-19: CGU, PF e MPF apuram irregularidades na Região dos Lagos (RJ) .....	32
20/11/2020: Operação Vácuo - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades em Coronel Fabriciano (MG) .....	33
03/11/2020: Operação Cartão Vermelho - Covid-19: CGU, PF e MPF combatem fraudes em Fortaleza (CE) .....	34
30/10/2020: OPERAÇÃO OFICINA DESMASCARADA - Covid-19: CGU e PF combatem irregularidades na saúde em São Luís (MA) .....	35
14/10/2020: Operação Desvid-19 - Covid-19: CGU e PF combatem fraudes na Secretaria da Saúde de Roraima .....	36
08/10/2020: Operação Sangria- segunda fase - Covid-19: CGU, PF e MPF deflagram segunda fase da Operação Sangria.....	37
06/10/2020: Operação Apneuse - Covid-19: CGU, PF e MPF investigam compra de respiradores em Japeri (RJ) .....	38
02/10/2020: Operação Raio-X - Operação Raio-X combate desvios de recursos públicos em contratos da área de Saúde em Sergipe.....	39
29/09/2020: Operação S.O.S - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades com recursos da saúde no Pará.....	40

18/09/2020: Operação Cama de Tut - Covid-19: CGU, PF e MPF combatem irregularidades em Tocantins .....	41
16/09/2020: Operação Desumano - Covid-19: CGU, PF, MPF e MPPE combatem fraudes em Pernambuco .....	42
02/09/2020: Operação Caligo - Covid-19: CGU e PF combatem fraudes com recursos da Saúde em Teresina (PI) .....	43
27/08/2020: Operação Protocletos - CGU e PF combatem fraudes com recursos da saúde em Santo André (SP) .....	44
20/08/2020: Operação Estroinas - CGU e PF apuram irregularidades com recursos de saúde em Carmópolis (SE) .....	45
13/08/2020: Operação NaClO - CGU e PF combatem irregularidades com recursos públicos em União (PI) .....	46
13/08/2020: Operação Virion - CGU e PF combatem fraudes na Secretaria de Saúde de Roraima .....	47
30/07/2020: OPERAÇÃO POLÍGRAFO - CGU, PF e MPRO combatem irregularidades com recursos da saúde em Rondônia .....	48
24/07/2020: Operação Dúctil - 2ª fase - CGU, PF e MPF combatem má aplicação de recursos da saúde em Guajará-Mirim (RO) .....	50
23/07/2020: Operação Bal Masqué - CGU, PF e MPF combatem fraudes na Secretaria de Saúde do Recife (PE) .....	51
23/07/2020: Operação Apneia - CGU, PF e MPF realizam terceira fase da Operação Apneia em Pernambuco .....	52
10/07/2020: Operação Estirpe - Operação Estirpe combate irregularidades na Prefeitura de Alhandra (PB) .....	53
07/07/2020: OPERAÇÃO SERÔDIO - CGU e PF combatem irregularidades na Secretaria de Saúde de Aracaju (SE) .....	54
30/06/2020: Operação Sangria - CGU, PF, MPF e RFB apuram irregularidades em compras de respiradores no Amazonas .....	55
26/06/2020: Operação Vírus Infectio III - CGU, PF e MPF combatem desvios de recursos na Secretaria de Saúde do Amapá .....	56
18/06/2020: OPERAÇÃO SOLERCIA - CGU, PF e Receita Federal combatem irregularidades no Governo do Estado do Pará .....	57
16/06/2020: Operação Casa de Papel - Operação Casa de Papel combate fraudes com recursos da saúde em Recife (PE) .....	58
16/06/2020: Operação Antídoto - Operação Antídoto combate irregularidades na Secretaria de Saúde do Recife (PE) .....	59
15/06/2020: OPERAÇÃO EXAM - CGU, PF e MPF combatem irregularidades com recursos da saúde em Cabo Frio (RJ) .....	60
10/06/2020: OPERAÇÃO DÚCTIL - CGU, PF e MPF combatem irregularidades com recursos da saúde em Rondônia .....	61
10/06/2020: OPERAÇÃO PARA BELLUM - CGU, MPF e PF combatem irregularidades envolvendo recursos da saúde no Pará .....	62
10/06/2020: OPERAÇÃO ASSEPSIA - CGU e PF combatem irregularidades na Secretaria de Saúde de Rio Branco (AC) .....	63
09/06/2020: OPERAÇÃO COBIÇA FATAL - CGU e PF combatem fraudes em compras de máscaras cirúrgicas em São Luís (MA) .....	64

09/06/2020: OPERAÇÃO SCEPTICUS - CGU, PF e MPF contra desvio de recursos do combate à Covid-19 em Carapebus (RJ) .....	65
03/06/2020: Operação Inópia - Operação Inópia combate irregularidades na assistência social em Pernambuco .....	66
28/05/2020: Operação Apneia - segunda fase - CGU, PF e MPF deflagram operação em Recife (PE) para apurar compras de respiradores .....	67
27/05/2020: OPERAÇÃO CAMILO - CGU combate fraudes na gestão do Hospital Regional do Vale do Rio Pardo (RS) .....	69
25/05/2020: Operação Dispneia - CGU, MPF e PF apuram irregularidades na Secretaria de Saúde de Fortaleza (CE) .....	71
21/05/2020: OPERAÇÃO MEDCRUZ - CGU e Polícia Federal combatem fraudes na saúde do município de Cruzeiro (SP) .....	72
15/05/2020: Operação Grabato - Operação Grabato apura contratação emergencial firmada pela Secretaria de Saúde do DF .....	73
29/04/2020: OPERAÇÃO VIRUS INFECTIO - CGU desarticula desvio de recursos para combate ao Covid-19 no Governo do Amapá.....	74
23/04/2020: OPERAÇÃO ALQUIMIA - Operação Alquimia combate irregularidades na Secretaria de Saúde de Aroeiras (PB) .....	75

Não houve publicação de release por parte da CGU na operação Contágio, pelo fato de a CGU não ter participado do cumprimento das medidas ostensivas.

Abaixo segue release publicado no site da Polícia Federal:

### **20/04/2021: OPERAÇÃO CONTÁGIO - Polícia Federal deflagra a Operação Contágio contra desvio de recursos públicos destinados ao tratamento de Covid-19 em municípios de São Paulo**

PF investiga esquema de fraudes em para prestação de serviços de saúde, em contratos que, somados, superam R\$ 100 milhões.

**São Paulo/SP** – A Polícia Federal deflagrou nesta terça-feira (20/4) a Operação Contágio, para aprofundar investigação sobre desvios de recursos públicos na área da saúde nos municípios de Hortolândia, Embu das Artes e Itapeverica da Serra, todos no Estado de São Paulo.

Ao todo, foram cumpridos 38 mandados de busca e apreensão e 5 mandados de prisão temporária, expedidos pela 2ª Vara Criminal Federal de São Paulo, por ordem do Tribunal Regional Federal da 3ª Região (TRF3). Também foi decretado o bloqueio de valores e imóveis dos investigados e a apreensão de veículos, incluindo carros esportivos de luxo. Os mandados foram cumpridos nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais.

A investigação teve origem após a Controladoria Geral da União (CGU) ter identificado uma Organização Social (OS), sem capacidade técnica, contratada por esses municípios. Foram constatados indícios de fraude e direcionamento para prestação de serviços de saúde, em contratos que, somados, superam R\$ 100 milhões. Alguns dos contratos foram firmados de maneira emergencial, para gestão e atendimento de pessoas infectadas com COVID-19.

Após as contratações pelos municípios, a OS subcontratava a execução dos serviços para diversas empresas associadas, algumas constituídas poucos meses antes, também sem experiência na área de saúde. Algumas dessas subcontratadas, após os repasses de recursos pela OS, efetuaram centenas de saques em espécie que somam mais de R\$ 18 milhões, realizados de maneira fracionada para burlar o controle contra lavagem de dinheiro do sistema financeiro nacional. O transporte do dinheiro era feito sob a escolta armada de um guarda civil municipal, que também era sócio de uma das empresas subcontratadas.

Os crimes apurados são de peculato (art. 312, do Código Penal), fraude à licitação (arts. 89 e 90 da Lei nº 8.666/93), lavagem de dinheiro (art. 1º da Lei nº 9.613/98) e organização criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013).

Será realizada coletiva de imprensa na sede da Superintendência Regional da Polícia Federal em São Paulo às 10h30.

Transmissão ao vivo no Instagram @pfsaopaulo

<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/policia-federal-deflagra-a-operacao-contagio-contradesvio-de-recursos-publicos-destinados-ao-tratamento-de-covid-19-em-municipios-de-sao-paulo>

## **15/04/2021: OPERAÇÃO ASSEPSIA II - Covid-19: CGU e PF reforçam apuração de desvios na saúde em Rio Branco (AC)**

Operação Assepsia II aprofunda investigação de fraudes em aquisição de máscaras e álcool em gel para enfrentamento da pandemia do coronavírus

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (15/04), em Rio Branco (AC), da Operação Assepsia II. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é reforçar a apuração de fraudes, praticadas pela Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA), na aquisição de máscaras e de álcool em gel para o enfrentamento da Covid-19.

### **Investigação**

A investigação é um aprofundamento da Operação Assepsia, deflagrada em junho de 2020, que apurou indícios de montagem processual, simulação de pesquisas de preços, falsidade de assinaturas e sobrepreço na contratação. O cumprimento dos mandados judiciais, na época, revelou provas contundentes que podem confirmar os indícios investigados, principalmente o direcionamento da contratação e o prejuízo causado ao erário.

A análise das evidências apreendidas expôs a atuação de um grupo empresarial oculto que teria obtido os lucros com a venda dos insumos para a Administração Pública, além de planilhas e documentos que mostram a divisão e o pagamento dos valores. Há, também, indícios de que 10% do valor total do contrato foi destinado para agentes políticos não identificados, supostamente responsáveis pela facilitação da contratação da empresa.

Com o decorrer das análises iniciadas na primeira fase, a CGU atualizou o cálculo do prejuízo causado à Administração, usando como base o preço de custo dos insumos adquiridos pela empresa. Considerando uma margem de lucro não exorbitante, o prejuízo efetivo com a dispensa de licitação seria de R\$ 1.239.140,56, o que corresponde a 44,95% do total de R\$ 2.756.885,00 destinados pela SEMSA à empresa.

### **Impacto social**

O município de Rio Branco recebeu mais de R\$ 60 milhões em 2020 do Fundo Nacional de Saúde (FNS). Desse valor, R\$ 13 milhões foram destinados especificamente para ações de prevenção e combate do coronavírus. A má aplicação desses recursos dificulta ainda mais o enfrentamento da pandemia, já que diminui o já escasso orçamento público necessário para as ações de saúde necessárias para o bom atendimento às vítimas de Covid-19.

### **Diligências**

A Operação Assepsia II consiste no cumprimento de 7 mandados de busca e apreensão nos estados do Acre, Rondônia e São Paulo; além da intimação de seis pessoas para prestarem esclarecimentos. Os trabalhos contam com a participação de 46 policiais federais e de 3 auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/04/covid-19-cgu-e-pf-reforcam-apuracao-de-desvios-na-saude-em-rio-branco-ac>

## **02/03/2021: OPERAÇÃO ESTOQUE ZERO - Covid-19: CGU e PF combatem desvios da saúde em Pinheiro (MA)**

Operação Estoque Zero investiga fraudes na contratação emergencial de empresa para fornecimento de 6 mil testes rápidos de Covid-19

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (02/03), no Maranhão e no Piauí, da Operação Estoque Zero. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é combater esquema criminoso de desvio de recursos públicos do combate à pandemia da Covid-19.

### **Investigações**

O trabalho se iniciou a partir de investigação da CGU, que detectou direcionamento na contratação, por dispensa de licitação e em caráter emergencial, de empresa de duvidosa capacidade técnica e operacional pela Secretaria de Saúde de Pinheiro (MA) para fornecimento de 6 mil testes rápidos de Covid-19, no valor total de R\$ 960 mil.

Além disso, foram identificados fortes indícios de que nenhum teste fora de fato entregue pela empresa contratada ao município, apesar de haver sido emitida, em maio de 2020, nota fiscal de venda dos 6 mil testes contratados e já ter sido identificado o pagamento parcial de R\$ 320 mil. Além de a empresa não ter adquirido testes para revenda, reforça a suspeita de simulação de venda o fato de Pinheiro (MA) ter recebido doação de 2.240 testes da Secretaria de Estado da Saúde do Maranhão e ter realizado, até início de agosto de 2020, apenas 1.381 testes na população.

O prejuízo total ao erário pode chegar a R\$ 960 mil, caso seja identificado pagamento residual da fatura apresentada pela empresa.

Além de Pinheiro (MA), a empresa de fachada teria vendido 17,5 mil testes para outros três municípios nos estados do Maranhão, Piauí e Ceará, pelo valor total de R\$ 1.075.500,00, sem nunca tê-los adquirido.

### **Impacto social**

O município de Pinheiro (MA) recebeu em 2020 quase R\$ 50 milhões pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS). Desse valor, mais de R\$ 20 milhões foram destinados especificamente para ações de prevenção e combate à pandemia do novo coronavírus.

A não entrega dos 6 mil testes de Covid-19 ao município de Pinheiro (MA) contribuiu para a dificuldade de rastreamento preventivo dos casos positivos para Covid na cidade e, assim, acelerar a curva de contágio da doença. O desvio de recursos, por sua vez, subtraiu do já escasso orçamento público recursos para as demais ações de saúde necessárias para o bom atendimento às vítimas de Covid-19.

### **Diligências**

A Operação Estoque Zero consiste no cumprimento de 5 mandados de busca e apreensão em Pinheiro (MA) e Teresina (PI), além do bloqueio de bens, afastamento de servidor e afastamento do sigilo telemático (mensagens de e-mail) dos envolvidos. O trabalho envolve a participação de 2 auditores da CGU e de 30 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/03/covid-19-cgu-e-pf-combatem-desvios-da-saude-em-pinheiro-ma>

## **10/02/2021: OPERAÇÃO DESMASCARADOS - Covid-19: CGU e PF combatem desvios de recursos no Rio de Janeiro**

Operação Desmascarados investiga possíveis irregularidades em compras de medicamentos e EPIs realizadas pelo Hospital Universitário Gafreé Guinle

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (10), da Operação Desmascarados. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é combater desvios de recursos públicos na área da saúde praticados no Hospital Universitário Gafreé Guinle (HUGG), na Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RJ).

### **Investigação**

A investigação teve origem em auditoria, na qual se verificou situações irregulares de sociedades empresárias com vistas a auferir proveitos indevidos no HUGG.

A partir de levantamentos realizados pela CGU, foram constatadas empresas sem funcionário registrado na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), montagem do processo de compra, existência de ligação entre os sócios das empresas participantes da dispensa, dentre outros indícios de situações indevidas dentro do processo de aquisição.

Os fatos apurados indicam a ocorrência de dispensa fraudulenta de licitação de empresas fornecedoras de medicamentos, equipamentos de proteção individual (EPIs) e outros insumos para o combate à pandemia da Covid-19, com sobrepreço e superfaturamento que somam cerca de R\$ 1 milhão.

### **Impacto social**

O Governo do Estado do Rio de Janeiro recebeu R\$ 1.870.855.788,62 repassados pelo SUS em 2020, especificamente para ação de prevenção e combate à Covid-19.

O Hospital Universitário Gafreé Guinle tem a função de gerir os recursos públicos em prol do interesse social de toda população. O sobrepreço/superfaturamento detectado impossibilitaria que a Unidade adquirisse mais insumos, materiais e equipamentos necessários no atendimento à população que tanto carece de bons serviços na saúde pública. O desvio dos recursos públicos, em plena pandemia do coronavírus, torna esse crime ainda mais grave.

### **Diligências**

A Operação Desmascarados consiste no cumprimento de 5 mandados de busca e apreensão em endereços dos envolvidos. Os trabalhos ocorrem na região metropolitana do Rio de Janeiro (RJ) e contam com a participação de 8 auditores da CGU e de 22 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/02/covid-19-cgu-e-pf-combatem-desvios-de-recursos-no-rio-de-janeiro>

## **14/01/2021: OPERAÇÃO ONZENA - Covid-19: CGU e PF aprofundam investigações de fraudes no Piauí**

Operação Onzena apura irregularidades em contratações de EPIs e testes rápidos para detecção do coronavírus. Prejuízo efetivo é de R\$ 19 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (14), no Piauí, da Operação Onzena. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF), com o qual contribuiu o Tribunal de Contas do Estado (TCE/PI). O objetivo é aprofundar investigações acerca de indícios de montagem fraudulenta de processo, de conluio para fraudar contratações públicas e de compra superfaturada de equipamentos de proteção individual (EPIs) e de testes rápidos para detecção do coronavírus promovidas pela Fundação Estatal Piauiense de Serviços Hospitalares (Fepiserh), pela Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi) e pela Prefeitura Municipal de Bom Princípio do Piauí (PI).

As contratações foram custeadas com recursos federais repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), inclusive envolvendo emendas parlamentares, e com recursos do auxílio financeiro oriundo do Programa Federativo de Enfrentamento ao Coronavírus estabelecido pela Lei Complementar nº 173/2020.

### **Investigações**

A partir da análise de quatro procedimentos de dispensas de licitação, sendo um realizado pela Fepiserh, dois pela Sesapi e um pela Prefeitura Municipal de Bom Princípio do Piauí (PI), justificadas pela emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19, a CGU e o TCE/PI apuraram sobrepreço em diversos dos itens contratados (chegando a 507,47% na aquisição de máscaras N95 pela Fundação). Os valores pagos por esses entes públicos até o momento, referentes às dispensas de licitação analisadas, somam R\$ 36.503.412,87, em relação aos quais foi apurado um prejuízo efetivo de R\$ 19.164.308,64, decorrente de superfaturamento.

Também foram constatados indícios de montagem fraudulenta de processo, de acerto prévio entre agentes públicos e empresas contratadas, bem como suspeitas de combinação entre essas empresas, de forma a possibilitar que fossem contratadas com preços abusivos.

### **Impacto social**

Em decorrência das irregularidades detectadas, EPIs contratados pela Sesapi para utilização na prevenção e no combate à Covid-19 em hospitais da rede estadual e hospitais municipalizados deixaram de ser fornecidos integralmente, apesar de pagos. Também se identificou que testes rápidos foram entregues em marca diferente da contratada, avaliados como “não conformes” pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Em 2020, para o enfrentamento da emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, o Piauí recebeu do FNS cerca de R\$ 100 milhões. As irregularidades apontadas representam riscos de grave impacto social, aumentando as chances de contágio de Covid-19 e sua proliferação, em especial entre os profissionais de saúde.

### **Diligências**

A Operação Onzena consiste no cumprimento de 17 mandados de busca e apreensão, sendo 13 em Teresina (PI), 2 em Picos (PI), 1 em Bom Princípio do Piauí (PI) e 1 em Timon (MA). O trabalho conta com a participação de 8 servidores da CGU e de 79 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/01/covid-19-cgu-e-pf-aprofundam-investigacoes-de-fraudes-no-piaui>

## **12/01/2021: Operação Campanile - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades na Secretaria de Saúde do Piauí**

Operação Campanile investiga contratação de empresas sem que fossem seguidos trâmites necessários. Pagamentos suspeitos somam R\$ 33,7 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (12/01), no Piauí, da Operação Campanile. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é aprofundar investigações acerca da possível ocorrência de conluio entre gestores da Secretaria de Estado da Saúde (Sesapi) e empresários em processos de dispensa de licitação durante a pandemia da Covid-19, cujos pagamentos ocorreram anteriormente a qualquer formalização das etapas da contratação.

### **Investigações**

A partir de denúncia recebida pela PF tratando da negociação de forma oculta entre gestores da Sesapi e empresários, com a emissão de empenhos e a realização de pagamentos antes da formalização dos contratos e de suas publicações nos meios oficiais, a CGU levantou informações nas bases de dados disponíveis e identificou a ocorrência de pagamentos que foram realizados em momento anterior ao da publicação do extrato do contrato no Diário Oficial do Estado do Piauí (DOE-PI). Também foram identificados casos de empenhos ainda não pagos, cuja emissão ocorreu em momento anterior ao da publicação do extrato do contrato e casos de empenhos ainda não pagos em relação aos quais nem se identificou a publicação do extrato do contrato.

A formalização dos processos de contratação em momento posterior demonstra que a Sesapi contratou as empresas de forma irregular e que, ciente das falhas, tentou dissimular tais ocorrências com publicações retroativas dos extratos dos contratos.

### **Impacto social**

Em 2020, para o enfrentamento da emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, o Piauí recebeu do Fundo Nacional de Saúde (FNS) cerca de R\$ 100 milhões.

Os dados levantados pela CGU referiram-se a contratações por Órgãos da Sesapi que resultaram em pagamentos de pelo menos R\$ 33,7 milhões a empresas envolvidas na investigação, durante o período de março a dezembro deste ano, sendo parte desses recursos de origem federal.

A atuação em conluio entre gestores e empresários facilita a ocorrência de contratações com sobrepreço, dentre outros problemas, o que tem como consequência uma menor disponibilidade de equipamentos para a população no enfrentamento à pandemia da Covid-19.

### **Diligências**

A Operação Campanile consiste no cumprimento de 21 mandados de busca e apreensão, nos municípios de Teresina (PI), Parnaíba (PI), Joca Marques (PI), São Paulo (SP) e Pelotas (RS). O trabalho conta com a participação de 7 auditores da CGU e de 93 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2021/01/covid-19-cgu-e-pf-apuram-irregularidades-na-secretaria-de-saude-do-piaui>

## **22/12/2020: OPERAÇÃO ANÓXIA - Covid-19: CGU e PF investigam desvio de recursos em contrato de terceirização para enfrentamento da pandemia do coronavírus em Ilhéus/BA**

Objetivo é desarticular organização criminosa que vem atuando em municípios baianos e que já recebeu, nos últimos três anos, mais de R\$ 40 milhões em recursos públicos

A Controladoria-Geral da União (CGU), em parceria com a Polícia Federal (PF), deflagrou nesta terça-feira (22) a Operação Anóxia, visando desarticular um esquema de desvio de recursos públicos destinados a ações de combate à pandemia da Covid-19. O trabalho investiga a contratação de mão de obra, pelo município de Ilhéus/BA, para atuar em unidades de saúde da prefeitura.

### **Investigações**

Os trabalhos investigativos tiveram origem na análise da dispensa promovida pela prefeitura de Ilhéus/BA, que tinha como objeto a contratação de empresa especializada na terceirização de serviços de mão de obra temporária para atendimento das demandas da Secretaria de Saúde no combate à Covid-19.

Na condução do processo de dispensa, entre outras falhas, foi constatado que a Prefeitura de Ilhéus/BA solicitou cotação de preços a empresas que não atuavam predominantemente na área de terceirização e que tinham como atividade econômica principal o transporte escolar e a construção de edifícios.

O contrato previa que os serviços seriam prestados no Centro de Triagem Covid-19 e no PA Zona Sul, cabendo à empresa contratada fornecer os profissionais solicitados pelo município.

Os auditores da CGU identificaram que o município estava pagando integralmente as faturas apresentadas pela prestadora do serviço, sem que houvesse a devida fiscalização pela prefeitura e também sem qualquer documento que comprovasse as despesas registradas nas notas fiscais. A documentação comprobatória foi disponibilizada para apenas um dos meses da prestação de serviço, permitindo à equipe de fiscalização identificar um superfaturamento no valor de R\$ 110.661,62, correspondente ao pagamento de despesas não realizadas.

### **Impacto social**

Conforme dados disponibilizados pelo *site* Tesouro Nacional Transparente, Ilhéus/BA recebeu, desde o início da pandemia até o momento, mais de R\$ 40 milhões, entre auxílio financeiro e despesas adicionais do Ministério da Saúde, para ações de combate à Covid-19.

Apesar disso, o cenário epidemiológico em Ilhéus/BA permaneceu desfavorável por muito tempo. Dados disponibilizados pela Central Covid-19 da Universidade Estadual de Santa Cruz indicam que, atualmente, a cidade apresenta o quarto maior número de óbitos no Estado da Bahia (263) e uma retomada no aumento do número de casos confirmados de Covid-19.

No período em que a empresa foi contratada para fornecer mão de obra ao Centro de Triagem, o município de Ilhéus era o quarto maior em número de casos acumulados e o sexto em casos ativos no estado. Entre meados de junho e final de julho, o município apresentou uma média de crescimento semanal no número de casos de 20%.

Esses dados demonstram o quanto o uso adequado desses recursos é decisivo para garantir um atendimento tempestivo e apropriado àqueles acometidos pela doença, bem como propiciar a segurança da população, por meio da adoção de medidas preventivas e disponibilização de equipamentos individuais de proteção.

### **Diligências**

A Operação Anóxia consiste no cumprimento de nove mandados de busca e apreensão em residências, endereços comerciais e órgãos públicos, além do bloqueio de ativos e sequestro de bens da empresa contratada pelo município. Participam da operação cerca de 40 policiais federais e nove auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/12/covid-19-cgu-e-pf-investigam-desvio-de-recursos-em-contrato-de-terceirizacao-para-enfrentamento-da-pandemia-do-coronavirus-em-ilheus-ba>

## **16/12/2020: OPERAÇÃO TOLUENO II - Covid-19: CGU e PF seguem com Operação Tolueno em Pirenópolis (GO)**

Denúncias indicavam que máscaras e álcool em gel de péssima qualidade foram doados para abrigos de idosos na cidade. Prejuízo é de R\$ 2 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (16/12), em Pirenópolis (GO), da continuidade à [Operação Tolueno](#), deflagrada ontem (15/12). O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar irregularidades na aquisição de insumos destinados ao combate a pandemia de Covid-19.

### **Investigação**

Após a deflagração da Operação Tolueno, novas denúncias indicavam que as máscaras cirúrgicas e o álcool em gel 70%, adquiridos pelo Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime (HEELJ), em Pirenópolis (GO) e inservíveis para os fins que se destinavam, por serem de péssima qualidade, foram doados para abrigos de idosos da cidade.

Os exames periciais, realizados pela PF, confirmaram que os produtos adquiridos pelo HEELJ, por meio do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH), não atendiam as especificações técnicas. No caso do álcool, foi verificado que ele continha vários hidrocarbonetos comumente encontrados no etanol (álcool de posto), dentre eles a substâncias química Tolueno.

O Tolueno pode afetar o sistema nervoso, sendo facilmente absorvido pelos pulmões (40 a 60% do inalado). Níveis baixos ou moderados podem produzir cansaço, confusão mental, debilidade, perda da memória, náusea, perda do apetite e perda da visão e audição. Estes sintomas geralmente desaparecem quando a exposição termina. Inalar níveis altos de tolueno por um período pode produzir sonolência e até mesmo a inconsciência.

### **Impacto financeiro e social**

Para além da má qualidade dos insumos e dos riscos deles decorrentes à saúde de pacientes e dos profissionais de saúde, a análise da contratação feita pela CGU demonstrou indicativos de favorecimento e conluio entre empresas, assim como superfaturamento na contratação. O prejuízo apurado até o momento, de cerca de R\$ 2 milhões, pode chegar a 100% do valor da aquisição, dado que os produtos são adulterados e inservíveis para os fins que se destinavam.

### **Diligências**

A continuidade da Operação Tolueno consiste no cumprimento de 2 mandados de busca e apreensão, expedidos pela 2ª Vara da Justiça Federal em Anápolis (GO). O trabalho conta com a participação de 2 policiais federais, 1 auditor da CGU e de promotor de Justiça da Comarca de Pirenópolis (GO).

Os investigados, se condenados, podem pegar penas que, somadas, podem chegar a 30 anos de reclusão, pelos seguintes crimes: falsificação de produto destinado a fins medicinais; fraude a licitação; e organização criminosa.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/12/covid-19-cgu-e-pf-seguem-com-operacao-tolueno-em-pirenopolis-go>

## **15/12/2020: OPERAÇÃO TOLUENO - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades em Goiás**

Operação Tolueno investiga possíveis fraudes na aquisição de insumos destinados ao combate à pandemia de coronavírus

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Polícia Federal (PF) deflagram, em Goiás, nesta terça-feira (15/12), a Operação Tolueno, que apura irregularidades na aquisição de insumos destinados ao combate a pandemia da Covid-19.

### **Investigações**

As investigações tiveram início a partir de denúncias recebidas pela Promotoria de Justiça em Pirenópolis (GO) de que o álcool em gel 70% e as máscaras cirúrgicas adquiridos e utilizados pelo Hospital Estadual Ernestina Lopes Jaime (HEELJ), em Pirenópolis (GO), eram de péssima qualidade, o que poderia colocar em risco os profissionais da saúde e os pacientes que frequentam a unidade hospitalar.

Ainda segundo as denúncias, as irregularidades estariam sendo praticadas por intermédio do Instituto Brasileiro de Gestão Hospitalar (IBGH), organização social contratada pela Secretaria de Estado da Saúde (SES/GO), por meio do Contrato de Gestão nº 004/2014/SES/GO, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde no HEELJ. O referido contrato tem um valor mensal de aproximadamente R\$ 2,5 milhões.

Exames periciais, realizados pela PF, confirmaram que os produtos adquiridos pelo HEELJ, por intermédio do IBGH, não atendiam às especificações técnicas. No caso do álcool, também foi verificado que ele continha hidrocarbonetos comumente encontrados no etanol (álcool de posto), dentre eles a substância química Tolueno, que é facilmente absorvido pelos pulmões e pode afetar o sistema nervoso, ocasionando cansaço, confusão mental, debilidade, perda da memória, náusea e perda do apetite, da visão e da audição.

Para além da má qualidade dos insumos e dos riscos deles decorrentes à saúde de pacientes e profissionais de saúde, a análise da contratação feita pela CGU demonstrou indicativos de favorecimento e conluio entre empresas, assim como superfaturamento na contratação.

A PF obteve judicialmente a quebra do sigilo fiscal das empresas envolvidas. Os dados das notas fiscais emitidas pelas empresas demonstraram que os valores praticados pelas referidas empresas para esses produtos variaram enormemente de acordo com o comprador. Como exemplo, um mesmo galão de cinco litros de álcool em gel foi vendido, no período compreendido entre 23/03/2020 e 03/06/2020, por valores que variaram entre R\$ 50,00 e R\$ 300,00 para diferentes hospitais ou municípios.

### **Impacto social**

As irregularidades detectadas resultaram em um prejuízo mínimo de cerca de R\$ 2 milhões, além de colocar em risco a saúde de profissionais de saúde e pacientes que se utilizaram desses insumos e produtos.

A investigação aponta para a existência de um grave e complexo esquema criminoso, envolvendo diversas pessoas.

### **Diligências**

A ação mobiliza cerca de 50 policiais federais, além de servidores da CGU e visa cumprir 13 mandados de busca e apreensão e oito prisões temporárias, nas cidades de Brasília (DF), Pirenópolis (GO), Goiânia (GO), Aparecida de Goiânia (GO) e Macapá (AP).

Também estão sendo cumpridas medidas de sequestro e indisponibilidade de bens dos envolvidos e o afastamento preventivo de agentes públicos.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode

enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/12/covid-19-cgu-e-pf-apuram-irregularidades-em-goias>

## **11/12/2020: Operação Entre Amigos - Covid-19: CGU, PF e MPF apuram irregularidades em Divinópolis (MG)**

Operação Entre Amigos investiga desvios por OS responsável pela UPA e Hospital de Campanha. Contrato suspeito ultrapassa R\$ 100 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta sexta-feira (11/12), em Minas Gerais, da Operação Entre Amigos. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e com o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é investigar o desvio de recursos por Organização Social responsável pela gestão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA) Padre Roberto e do Hospital de Campanha instalado em Divinópolis (MG) para o enfrentamento da Covid-19.

### **Investigação**

A origem da investigação foi uma denúncia recebida pela Polícia Federal sobre um suposto sobrepreço na locação de ambulâncias para atendimento de Divinópolis (MG), na vigência da situação emergencial decorrente da pandemia. Com base na documentação analisada, a CGU ampliou o escopo do trabalho para avaliar a contratação de uma Organização Social (OS) pela Secretaria Municipal de Saúde para gerenciar a UPA Padre Roberto e o Hospital de Campanha.

As análises apontaram fortes indícios de desvio de recursos públicos em contratações realizadas pela Organização, praticados por meio de ausência de divulgação dos editais, favorecimento de empresas, sobrepreço em aquisições, contratações desnecessárias e/ou com objetos genéricos de serviços de consultoria/assessoria fictícios ou sem comprovação de quantidade/resultados com “empresas de fachada”. Também há indícios de favorecimento da entidade no seu processo de qualificação e em sua respectiva contratação pela Secretaria Municipal de Saúde.

O valor total do contrato de gestão firmado entre a Prefeitura de Divinópolis e a OS, com vigência de 60 meses, somado aos dois termos aditivos, é de R\$ 103.031.420,00, sendo os recursos provenientes de fontes municipais, estaduais e do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

### **Impacto social**

O município de Divinópolis já recebeu cerca de R\$ 155 milhões repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 35.262.379,06 são especificamente para ação de prevenção e combate à Covid-19. As irregularidades observadas na aplicação desses recursos impactam diretamente na qualidade dos serviços prestados à população local, além de causar prejuízo ao erário.

### **Diligências**

A Operação Entre Amigos consiste no cumprimento de 4 mandados de prisão temporária, 26 mandados de busca e apreensão, 50 afastamentos de sigilos fiscal e bancário, um afastamento de função pública, 4 afastamentos do exercício das atividades econômicas, além de autorização de sequestro/arresto e indisponibilidade de bens de 9 pessoas jurídicas investigadas, nos municípios de Divinópolis (MG), Belo Horizonte (MG), Oliveira (MG), Betim (MG), Contagem (MG), Mateus Leme (MG), Lagoa Santa (MG) e São Joaquim de Bicas (MG). Os trabalhos contam com a participação de 112 policiais federais e de 10 auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/12/covid-19-cgu-pf-e-mpf-apuram-irregularidades-em-divinopolis-mg>

## **03/012/2020: OPERAÇÃO AVENTURA - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades na saúde em Crixás (GO)**

Operação Aventura investiga aquisições feitas pela Prefeitura de materiais hospitalares que não foram supostamente entregues pelas empresas contratadas

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (03/12), em Goiás, da Operação Aventura. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar indícios de irregularidades na contratação de empresas para a prestação de serviços de saúde no município de Crixás (GO), destacadamente no fornecimento de materiais hospitalares no âmbito do combate à pandemia do novo coronavírus.

### **Investigação**

As investigações apontam que os representantes e/ou sócios proprietários das empresas teriam obtido contratos com a Prefeitura de Crixás (GO) por meio da prática de ilícitos como: fraudes aos procedimentos licitatórios; dispensa das licitações sem fundamento em procedimentos administrativos formais; direcionamento da contratação; além do desvio/apropriação indevida de recursos públicos, o que se realiza com a entrega parcial dos objetos das contratações.

A força-tarefa constatou itens com sobrepreço de 100 a 300%, comparados à média nacional de preços do [Painel de Contratações relacionadas à Covid-19 da CGU](#). As pessoas jurídicas investigadas receberam, em 2020, aproximadamente R\$ 4 milhões da Prefeitura de Crixás.

### **Impacto social**

O município de Crixás já recebeu R\$ 6.711.725,79 repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 2.456.617,48 são especificamente para ação de prevenção e combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

As supostas irregularidades praticadas pela Prefeitura de Crixás, quanto a recursos destinados à aquisição de materiais hospitalares para as Unidades de Saúde, podem ter colocado vidas em risco e afetado a qualidade no atendimento da população local (cerca de 17 mil habitantes).

### **Diligências**

A Operação Aventura consiste no cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão nos municípios de Crixás (GO), Rubiataba (GO), Alto Horizonte (GO), Goiânia (GO) e Aparecida de Goiânia (GO). Os trabalhos contam com a participação de 66 policiais federais e de 10 servidores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/12/covid-19-cgu-e-pf-apuram-irregularidades-na-saude-em-crixas-go>

## **30/11/2020: OPERAÇÃO SANGRIA - Covid-19: CGU, PF e MPF combatem irregularidades em Manaus (AM)**

Terceira fase da Operação Sangria apura ilícitos no pagamento de R\$ 191 mil para transporte de respiradores pulmonares

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta segunda-feira (30), em Manaus (AM), da terceira fase da Operação Sangria. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar possíveis irregularidades decorrentes do contrato celebrado pelo estado do Amazonas para aquisição de respiradores pulmonares em caráter emergencial para combate à pandemia de Covid-19 no estado.

### **Investigação**

A primeira fase da Operação verificou um superfaturamento de aproximadamente R\$ 500 mil pela compra de 28 respiradores de uma empresa comercializadora de vinhos. Na segunda fase da operação foram realizadas buscas e apreensões para verificar a atuação de agentes públicos e empresários que teriam participado do processo de aquisição.

A terceira fase da Operação Sangria decorre de investigações que identificaram irregularidades no pagamento de R\$ 191 mil para o transporte de 19 respiradores pelo Governo do Estado do Amazonas, frete que deveria ter sido custeado pela empresa fornecedora dos referidos equipamentos.

### **Impacto Social**

Até o mês de novembro de 2020, o Amazonas havia recebido R\$185.513.318,09, repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), para combate à Covid-19. O desvio de recursos que deveriam ser utilizados para aquela finalidade repercute negativamente no tratamento das pessoas atingidas pela pandemia, podendo contribuir para o aumento de óbitos.

### **Diligências**

A terceira fase da Operação Sangria consiste no cumprimento de 4 mandados de busca e apreensão no município de Manaus (AM). O trabalho conta a participação de 4 auditores da CGU e de aproximadamente 30 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/11/covid-19-cgu-pf-e-mpf-combatem-irregularidades-em-manaus-am>

## **04/11/2020: OPERAÇÃO OCTOPUS - Covid-19: CGU, PF e MPF apuram irregularidades na Região dos Lagos (RJ)**

Operação Octopus investiga possíveis ilícitos cometidos por sociedades empresárias no fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (24/11), no Rio de Janeiro, da Operação Octopus. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar possíveis irregularidades de sociedades empresárias no fornecimento de medicamentos e insumos hospitalares em municípios da Baixada Litorânea (Região dos Lagos). Dentre os processos investigados estão contratações realizadas para o enfrentamento à pandemia da Covid-19.

### **Investigação**

O trabalho se originou a partir de documentos apreendidos na deflagração da Operação [Scepticus](#), em junho deste ano, na qual se verificou que as empresas envolvidas também mantinham contratos com os municípios de Armação de Búzios (RJ), Araruama (RJ), Iguaba Grande (RJ), São Pedro da Aldeia (RJ) e Saquarema (RJ), replicando a mesma forma de atuação identificada em Carapebus (RJ).

Os municípios envolvidos firmaram diversos contratos com as empresas investigadas no montante de R\$ 30.464.340,80, no período de 2015 a 2020, para a aquisição de diversos bens e serviços, incluindo contratações realizadas para o enfrentamento à pandemia da Covid-19.

Em levantamentos realizados pela CGU, verificou-se, entre os indícios de irregularidades, empresas sem empregados e com a sede em endereços com características de imóveis residenciais, além da existência ligação entre os sócios das citadas empresas contratadas.

### **Impacto social**

O desvio de recursos públicos da saúde impacta diretamente a qualidade de vida da população local, prejudicando a implementação de políticas públicas e a prestação do serviço de saúde ofertado aos cidadãos. Seus efeitos tornam ainda mais desafiadora a implementação das ações de combate à pandemia da Covid-19.

### **Diligências**

A Operação Octopus consiste no cumprimento de 5 mandados de busca e apreensão, abrangendo os municípios de Armação de Búzios (RJ), Araruama (RJ), Iguaba Grande (RJ), São Pedro da Aldeia (RJ) e Saquarema (RJ). O trabalho conta com a participação de 11 auditores da CGU, integrantes do MPF e policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/11/covid-19-cgu-pf-e-mpf-apuram-irregularidades-na-regiao-dos-lagos-rj>

## **20/11/2020: Operação Vácuo - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades em Coronel Fabriciano (MG)**

Operação Vácuo investiga aquisição de dois respiradores e locação de 10 ventiladores pulmonares pelo município com preços acima do mercado

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta sexta-feira (20/11), em Minas Gerais, da Operação Vácuo. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar supostas irregularidades na execução de recursos repassados pelo Governo Federal para aquisição de equipamentos utilizados no tratamento de pacientes com Covid-19.

### **Investigação**

O trabalho se originou a partir de denúncia da Câmara de Vereadores de Coronel Fabriciano (MG) à Polícia Federal, informando que a locação de 10 ventiladores pulmonares pela Prefeitura do mesmo município, como parte da estratégia de enfrentamento do novo coronavírus, estaria com preços acima do razoável.

A CGU, durante a análise da documentação disponibilizada pelo município, identificou um provável favorecimento à empresa contratada para a locação dos 10 equipamentos e para a aquisição de dois respiradores remanufaturados. Também foi apurado um sobrepreço em torno de 168% no contrato de locação e de 53% na aquisição dos aparelhos, com prejuízo estimado em R\$ 480 mil.

O valor total de ambos os contratos foi de R\$ 770 mil, sendo os recursos provenientes de repasses do Fundo Nacional de Saúde (FNS).

Também foram identificados indícios de direcionamento das dispensas para a empresa contratada e de fraude dos procedimentos licitatórios. Outra descoberta foi a possível existência de relacionamento entre as três empresas que apresentaram propostas, havendo indicativo de que alguns sócios sejam “laranjas” e de que as três empresas atuem em conjunto.

### **Impacto social**

Os ventiladores pulmonares adquiridos e locados com recursos transferidos pelo FNS para o enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente da pandemia de Covid-19 seriam utilizados em 20 novos leitos de UTI disponíveis no Hospital Dr. José Maria Moraes e na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h do município. As contratações irregulares praticadas pela Prefeitura de Coronel Fabriciano (MG) podem ter afetado a qualidade do atendimento da população da localidade, que possui cerca de 110 mil habitantes.

O município de Coronel Fabriciano (MG) recebeu até o momento cerca de R\$ 10.513.740,88 para ações de prevenção e combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação vácuo consiste no cumprimento de 9 mandados de busca e apreensão nos municípios de Belo Horizonte (MG), Confins (MG), Ribeirão das Neves (MG) e São José da Lapa (MG), além de 7 mandados de bloqueio de bens. Os trabalhos contam com a participação de 40 policiais federais e de 14 auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/11/covid-19-cgu-e-pf-apuram-irregularidades-em-coronel-fabriciano-mg>

## **03/11/2020: Operação Cartão Vermelho - Covid-19: CGU, PF e MPF combatem fraudes em Fortaleza (CE)**

Operação Cartão Vermelho apura irregularidades na administração do Hospital de Campanha do Estádio Presidente Vargas. Prejuízo é de R\$ 7 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (03/11), no Ceará, da Operação Cartão Vermelho. O trabalho é realizado em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar irregularidades na contratação de Organização Social, promovida pela Prefeitura de Fortaleza (CE), para implementação, gerenciamento e gestão do Hospital de Campanha do Estádio Presidente Vargas (HCPV).

A investigação compõe um conjunto de trabalhos, em parceria com outros órgãos de controle, visando contribuir para a eficiência e eficácia na aplicação dos recursos públicos liberados para ações emergenciais de combate à pandemia da Covid-19.

### **Investigação**

O contrato de gestão firmado entre o ente público e a Organização Social foi formalizado com estimativa de gastos de até R\$ 95,9 milhões, tendo sido realizadas despesas no valor de R\$ 50.750.069,80. No decorrer das investigações, a CGU analisou despesas com custeio, referentes aos meses de abril e maio, bem como de investimentos, na aquisição de monitores e módulos complementares, envolvendo um total de R\$ 32.073.013,25.

Com o aprofundamento do trabalho, foram identificadas várias irregularidades na formalização e execução contratual, destacando-se: a contratação de serviços a preços superiores aos de serviços equivalentes em outros contratos formalizados pela administração pública nas mesmas circunstâncias de mercado; a deficiência na formulação de indicadores capazes de demonstrar a eficiência do modelo de gestão por OSS para o HCPV; o pagamento de valores a maior e a ocorrência de Irregularidades na aquisição de monitores multiparamétricos. O prejuízo estimado é superior a R\$ 7 milhões.

### **Impacto social**

Em 2020, até o mês de outubro, para o enfrentamento da emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, Fortaleza (CE) havia recebido, pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), cerca de R\$ 268 milhões. A má aplicação desses recursos, por conta de pagamentos indevidos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para toda a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Cartão Vermelho consiste no cumprimento de 27 mandados de busca e apreensão nas cidades de Fortaleza (CE), São Paulo (SP) e Pelotas (RS). O trabalho conta com a participação de 22 servidores da CGU e de 120 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/11/covid-19-cgu-pf-e-mpf-combatem-fraudes-em-fortaleza-ce>

## **30/10/2020: OPERAÇÃO OFICINA DESMASCARADA - Covid-19: CGU e PF combatem irregularidades na saúde em São Luís (MA)**

Operação Oficina Desmascarada investiga fraudes na contratação emergencial de empresas para fornecimento de equipamentos de proteção individual

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta sexta-feira (30), no Maranhão, da Operação Oficina Desmascarada. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é combater irregularidades contratuais e em licitações relacionadas à compra de equipamentos de proteção individual (EPIs) para utilização nas ações de combate à Covid-19.

### **Investigações**

O trabalho se iniciou a partir de investigação da CGU, que detectou contratação pela Secretaria de Saúde (SEMUS) de São Luís (MA), por dispensa de licitação e em caráter emergencial, de duas empresas para fornecimento de máscaras e aventais cirúrgicos descartáveis. Os auditores constataram que a compra foi realizada a preços superfaturados em cerca de 140% no comparativo ao valor de mercado. O prejuízo calculado é de pelo menos R\$ 1.040.000,00.

As empresas não apresentavam capacidade técnico-operacional, sendo uma delas oficina mecânica em São Luís (MA) e a outra um pequeno ponto comercial de venda de materiais de expediente e limpeza, sediada no município de Matinha (MA), a 240 Km da capital.

Investigações adicionais da PF indicaram conluio entre possíveis sócios ocultos dessas empresas e servidores da SEMUS. O grupo criminoso se utilizou do mesmo *modus operandi* descoberto na [Operação Cobiça Fatal](#), deflagrada em junho de 2020.

### **Impacto social**

O município de São Luís já recebeu em 2020 cerca de R\$ 1 bilhão repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS). Desse valor, cerca de R\$ 360 milhões são especificamente para ações de prevenção e combate à pandemia do novo coronavírus.

As fraudes supostamente perpetradas na SEMUS, com o consequente prejuízo milionário causado aos cofres municipais, possuem poder de impactar negativamente as ações de saúde necessárias para o bom atendimento às vítimas de Covid-19, além de tornar mais onerosa a disponibilização de EPIs para os profissionais da saúde.

### **Diligências**

A Operação Oficina Desmascarada consiste no cumprimento de 2 mandados de prisão temporária e 11 mandados de busca e apreensão em São Luís (MA) e Paço do Lumiar (MA), além do bloqueio de bens, afastamento de servidores, proibição de contratação das empresas investigadas por entes públicos e afastamento dos sigilos bancário, fiscal e telemático dos envolvidos.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/10/covid-19-cgu-e-pf-combatem-irregularidades-na-saude-em-sao-luis-ma>

## **14/10/2020: Operação Desvid-19 - Covid-19: CGU e PF combatem fraudes na Secretaria da Saúde de Roraima**

Operação Desvid-19 investiga desvio de recursos que deveriam ser utilizados no combate à pandemia. Contratações suspeitas envolvem R\$ 20 milhões

A Controladoria Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (14/10), em Roraima, da Operação Desvid-19. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é desarticular possível esquema criminoso voltado ao desvio de recursos públicos por meio do direcionamento de licitações. As contratações suspeitas de irregularidades, realizadas no âmbito da Secretaria de Estado da Saúde (SESAU/RR), envolveriam aproximadamente R\$ 20 milhões que deveriam ser utilizados no combate ao Covid-19.

### **Investigação**

A CGU identificou diversos indícios da prática de sobrepreço e superfaturamento nas contratações, realizadas pela SESAU/RR, para aquisição, dentre outros itens, de equipamentos de EPI e teste rápido para detecção do Covid-19. O inquérito policial apontou que os recursos eram direcionados, por meio de processos licitatórios fraudulentos, para empresas específicas, que então eram contratadas pela Secretaria.

### **Impacto Social**

O Estado de Roraima já recebeu em 2020 cerca de R\$ 171 milhões repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS). Desse valor, R\$ 55 milhões são especificamente para combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, já bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Desvid-19 consiste no cumprimento de 7 mandados de busca e apreensão na cidade de Boa Vista (RR). O trabalho conta com a participação de 3 servidores da CGU e de 41 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/10/covid-19-cgu-e-pf-combatem-fraudes-na-secretaria-da-saude-de-roraima>

## **08/10/2020: Operação Sangria- segunda fase - Covid-19: CGU, PF e MPF deflagram segunda fase da Operação Sangria**

Objetivo é aprofundar investigações de superfaturamento na aquisição de ventiladores pulmonares e recebimento de vantagens indevidas

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (8/10), em Manaus (AM), da segunda fase da Operação Sangria. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é aprofundar as investigações que apuram possíveis irregularidades em contrato celebrado por dispensa de licitação e em caráter emergencial pela Secretaria de Saúde do Amazonas (SUSAM).

### **Investigações**

No decorrer das investigações que culminaram na 1ª fase da Operação Sangria, verificou-se que a SUSAM pagou R\$ 2,9 milhões a uma loja de vinhos por 28 ventiladores pulmonares para tratar de infectados pelo novo coronavírus. As apurações verificaram que a aquisição foi a valores muito superiores aos de mercado, apontando para superfaturamento e direcionamento à empresa contratada. Além disso, os equipamentos foram considerados "inadequados" para pacientes com Covid-19, segundo o Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CREMAM).

O aprofundamento dos trabalhos, consubstanciados nesta segunda fase, apontam para o possível envolvimento de agentes públicos do Estado do Amazonas nas irregularidades investigadas, inclusive com indícios de recebimento de vantagens indevidas, visando o direcionamento da escolha do fornecedor dos respiradores.

### **Impacto social**

O Amazonas já recebeu cerca de R\$ 546 milhões repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em 2020. Desse valor, R\$ 168.756.854,49 são especificamente para combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Sangria consiste no cumprimento de 5 mandados de prisão temporária e de 11 de busca e apreensão na cidade de Manaus (AM). O trabalho conta com a participação de 8 servidores da CGU e de policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção "Não identificado".

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/10/covid-19-cgu-pf-e-mpf-deflagram-segunda-fase-da-operacao-sangria>

## **06/10/2020: Operação Apneuse - Covid-19: CGU, PF e MPF investigam compra de respiradores em Japeri (RJ)**

Operação Apneuse apura aquisição de equipamentos obsoletos, ocorrência de sobrepreço e atuação entre agente público e empresa fornecedora

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (6/10), no Rio de Janeiro, da Operação Apneuse. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar irregularidades na compra de equipamentos para o combate à pandemia de Covid-19 pelo município de Japeri (RJ).

### **Investigação**

A investigação aponta indícios de irregularidades na compra de 10 respiradores pulmonares, fabricados nas décadas de 1980 e 1990, sem certificação junto à Anvisa desde o ano de 2000, por preço superior aos praticados no mercado para compra de um respirador novo. A Secretaria Municipal de Saúde também adquiriu 20 monitores cardíacos, 5,6 mil equipos (enterais, paraenterais e fotossensíveis) e 50 bombas infusoras, no valor total de R\$ 1,8 milhão.

As fraudes praticadas têm potencial prejuízo aos cofres público, devido aos respiradores serem considerados obsoletos e a ocorrência de sobrepreço de R\$ 210.317,50 na compra de bombas infusoras. Também há suspeita de atuação articulada de agente público e a empresa contratada para o fornecimento de equipamentos.

### **Impacto social**

O município de Japeri (RJ) já recebeu cerca de R\$ 24.380.227,32 repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 5.194.836,92 são especificamente para ação de prevenção e combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Apneuse consiste no cumprimento de 5 mandados de busca e apreensão, abrangendo os municípios de Japeri, Nova Iguaçu e Nilópolis que fazem parte da Região Metropolitana do Rio de Janeiro. O trabalho conta com a participação de 6 auditores da CGU, integrantes do MPF e 21 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/10/covid-19-cgu-pf-e-mpf-investigam-compra-de-respiradores-em-japeri-rj>

## **02/10/2020: Operação Raio-X - Operação Raio-X combate desvios de recursos públicos em contratos da área de Saúde em Sergipe**

PF identifica fraudes em contratação de empresa responsável por realizar exames de diagnóstico por radiologia em pacientes do Hospital de Campanha de Aracaju.

Aracaju/SE - A Polícia Federal (PF) deflagrou hoje, 02/10/2020, a Operação Raio-X, com o objetivo de obter provas para investigação que apura possíveis desvios de verbas públicas e fraude na contratação de empresa para realizar exames de diagnóstico por radiologia em pacientes do Hospital de Campanha de Aracaju. Estão sendo cumpridos 3 mandados de busca e apreensão em Aracaju/SE, expedidos pela 1ª Vara da Justiça Federal de Sergipe.

A Operação Raio-X é um desdobramento da Operação Serôdio e conta com análises técnicas da Controladoria-Geral da União (CGU/SE). Durante a investigação, foram constatadas irregularidades na contratação e indícios de favorecimento. A empresa foi contratada sem preencher diversos requisitos e com proposta em desacordo com o termo de referência. Também foram identificados indícios de inexecução contratual.

A empresa investigada foi contratada por mais de R\$ 380 mil pela Secretaria Municipal de Saúde de Aracaju/SE, porém não possui empregados registrados, seu endereço é inconsistente e o proprietário está recebendo auxílio emergencial.

<https://www.gov.br/pf/pt-br/assuntos/noticias/2020/10-noticias-de-outubro-de-2020/operacao-raio-x-combate-desvios-de-recursos-publicos-em-contratos-da-area-de-saude-em-sergipe>

## **29/09/2020: Operação S.O.S - Covid-19: CGU e PF apuram irregularidades com recursos da saúde no Pará**

Operação S.O.S investiga contratação, pelo Governo do Estado, de Organizações Sociais em Saúde (OSS) para gestão de hospitais regionais e de campanha

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (29), da Operação S.O.S. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar irregularidades na contratação, pelo Governo do Pará, de grupo de Organizações Sociais em Saúde (OSS) para a gestão de hospitais regionais e de campanha em municípios do Estado.

### **Investigações**

As investigações tiveram início após veículos de mídia noticiarem irregularidades nas contratações de OSS para a gestão dos hospitais de campanha nos municípios de Belém (PA), Marabá (PA), Santarém (PA) e Breves (PA). Os contratos, firmados por meio de dispensa de licitação, tinham como objeto o fomento, gerenciamento, operacionalização e execução de atividades e serviços de saúde a serem desenvolvidas como medida de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

As apurações revelaram que um grupo de quatro OSS firmou, ao menos, 12 contratos ou termos aditivos com o Governo do Estado do Pará entre agosto de 2019 e maio de 2020, totalizando aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, já tendo sido pagos o montante de R\$ 310 milhões.

Os documentos analisados apontam para o direcionamento e favorecimento das OSS, mediante fraude e montagem processual, com a inclusão de documentos inidôneos e/ou com data retroativa. Também foi verificado o cometimento de infração pela Administração da Secretaria Estadual de Saúde às normas gerais que dispõem sobre a Contabilidade e Finanças Públicas e aos Contratos Administrativos.

Ao longo da investigação, a PF no Pará constatou que as mesmas Organizações Sociais já vinham sendo monitoradas pela Polícia Civil de São Paulo, há cerca de dois anos, tendo em vista que a maioria dessas OSS é oriunda daquele estado. O trabalho contribuiu com diversas provas colhidas por meio de interceptação telefônica, quebra de sigilos bancários e monitoramento dos investigados.

### **Impacto social**

O Governo do Estado do Pará já recebeu cerca de R\$ 829 milhões repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 443.308.285,31 são especificamente para ação de prevenção e combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A operação S.O.S consiste no cumprimento de 40 mandados de busca e apreensão nos estados do Pará, Goiás e Rio Grande do Sul, além de 12 mandados de prisão temporária. O trabalho conta com a participação de 14 auditores da CGU e cerca de 200 policiais federais.

Os investigados podem responder pelos crimes de falsidade ideológica, crimes previstos na Lei de Licitações, corrupção passiva e ativa, peculato, lavagem de dinheiro e organização criminosa.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/09/covid-19-cgu-e-pf-apuram-irregularidades-com-recursos-da-saude-no-para>

## **18/09/2020: Operação Cama de Tut - Covid-19: CGU, PF e MPF combatem irregularidades em Tocantins**

Operação Cama de Tut investiga fraude em aquisição de equipamentos hospitalares pela Secretaria de Saúde do Estado. Prejuízo é de R\$ 7,4 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta sexta-feira (18/9), em Tocantins, da Operação Cama de Tut. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar supostas irregularidades de fraude e sobrepreço referentes a pregão eletrônico, promovido pela Secretaria de Saúde do Estado (SESAU/TO), para a aquisição de equipamentos hospitalares, inclusive camas.

### **Investigação**

A SESAU/TO realizou pregão eletrônico para adquirir equipamentos hospitalares, especialmente cama eletrônica hospitalar, sem pesquisa de mercado e com sobrepreço, mediante restrições no edital que inviabilizaram a participação de outras empresas e inibiram o caráter competitivo do certame. Os valores envolvidos na contratação são da ordem de R\$ 13,3 milhões.

O aprofundamento da investigação demonstrou a possível ocorrência de direcionamento da licitação e, com o início da execução do contrato, os órgãos de controle envolvidos no trabalho apontam um potencial prejuízo de R\$ 7.458.815,40 devido ao superfaturamento no fornecimento de 590 camas eletrônicas hospitalares.

### **Impacto social**

Em 2020, até o mês de setembro, o Fundo Estadual de Saúde do Tocantins havia recebido da União cerca de R\$ 99.265.621,56 para ações de prevenção e combate ao novo coronavírus. A má aplicação desses recursos, por conta de desvios e pagamentos indevidos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para toda a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Cama de Tut consiste no cumprimento de 6 mandados de busca e apreensão nos municípios de Palmas (TO) e São Paulo (SP). Os trabalhos contam com a participação de aproximadamente 30 policiais federais e de 3 auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/09/covid-19-cgu-pf-e-mpf-combatem-irregularidades-em-tocantins>

## **16/09/2020: Operação Desumano - Covid-19: CGU, PF, MPF e MPPE combatem fraudes em Pernambuco**

Operação Desumano investiga direcionamento e desvios de recursos em contratação de Organização Social de Saúde (OSS) por R\$ 57 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (16/9), em Pernambuco, da Operação Desumano. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e o Ministério Público Estadual (GAECO/MPPE). O objetivo é apurar supostas irregularidades em contratação, pelas Prefeituras de Recife (PE) e de Jaboatão dos Guararapes (PE), de Organização Social de Saúde (OSS) para o gerenciamento de serviços no âmbito das ações de combate à Covid-19.

### **Investigações**

Os levantamentos iniciais efetuados pela CGU e pelos órgãos parceiros identificaram fatores de risco quanto à execução dos valores contratados e indícios de fraude, indicando tratar-se aparentemente de contratação de entidade sem requisitos formais e capacidade operacional, patrimonial e financeira compatíveis com os serviços pactuados.

Os auditores verificaram também indícios de possível direcionamento, por parte de agentes públicos dos municípios, bem como de possíveis pagamentos indevidos, mediante desvios de recursos na execução dos contratos.

As contratações firmadas pelos dois municípios, feitas por dispensa de licitação com indícios de direcionamento e favorecimento, alcançam o montante de cerca R\$ 57 milhões.

### **Impacto Social**

Em 2020, até o mês de agosto, para o enfrentamento da emergência de saúde pública provocada pelo coronavírus, Recife (PE) havia recebido, pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS), cerca de R\$ 95 milhões, e Jaboatão dos Guararapes (PE) cerca de R\$ 32 milhões. A má aplicação desses recursos, por conta de desvios e pagamentos indevidos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para toda a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Desumano consiste no cumprimento de 1 mandado de prisão temporária em Recife (PE) e de 21 mandados de busca e apreensão, sendo 16 em Recife (PE), 3 em Jaboatão dos Guararapes (PE), 1 em Olinda (PE) e 1 em Paulista (PE). O trabalho conta com a participação de 8 servidores da CGU e de cerca de 80 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/09/covid-19-cgu-pf-mpf-e-mppe-combatem-fraudes-em-pernambuco>

## **02/09/2020: Operação Caligo - Covid-19: CGU e PF combatem fraudes com recursos da Saúde em Teresina (PI)**

Operação Caligo investiga compra de máscaras e prejuízo decorrente de pagamentos por EPIs adquiridos pelo município que não teriam sido entregues

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (2), no Piauí, da Operação Caligo. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é aprofundar investigações acerca de fraude e de compra superfaturada em um processo de dispensa de licitação conduzido pela Fundação Municipal de Saúde (FMS) de Teresina (PI) e acerca de pagamentos efetuados pela Fundação por produtos com indícios de sobrepreço e que não teriam sido fornecidos no âmbito de outro processo de dispensa de licitação por uma das empresas envolvidas.

### **Apurações**

A partir da análise de dois processos de dispensas de licitação realizados pela FMS, justificadas pela emergência sanitária decorrente da pandemia do novo coronavírus, a CGU apurou sobrepreço de 172,73% na aquisição de máscaras (respiradores PFF2) junto a empresa de funcionária da Fundação, o que representou um prejuízo decorrente de superfaturamento na ordem de R\$ 190 mil, considerando que a contratação, no valor de R\$ 300 mil, já foi integralmente paga.

Além disso, nas vendas realizadas pela principal empresa fornecedora de equipamentos de proteção individual (EPIs) da FMS, identificaram-se indícios de prejuízo de R\$ 861.816,80 devido ao pagamento por produtos que não teriam sido fornecidos e lucro abusivo nas vendas, que chegaram a 420%. Os pagamentos realizados somaram, aproximadamente, R\$ 19,3 milhões entre abril e agosto de 2020.

### **Impacto social**

Entre março e agosto de 2020, o Fundo Nacional de Saúde (FNS) repassou à FMS de Teresina (PI) cerca de R\$ 129 milhões para ações de prevenção e combate à Covid-19. O montante envolvido na investigação corresponde, assim, a 15% do total recebido da União. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Caligo consiste no cumprimento de dez mandados de busca e apreensão, todos em Teresina (PI). O trabalho conta com a participação de sete auditores da CGU e cerca de 40 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/09/covid-19-cgu-e-pf-combatem-fraudes-com-recursos-da-saude-em-teresina-pi>

## **27/08/2020: Operação Protocletos - CGU e PF combatem fraudes com recursos da saúde em Santo André (SP)**

Operação Protocletos investiga irregularidades em contratação pela Prefeitura para fornecimento de fraldas descartáveis ao Hospital de Campanha

A Controladoria-Geral da União (CGU) colaborou com informações de inteligência para a Operação Protocletos, deflagrada nesta quinta-feira (27) pela Polícia Federal (PF). O objetivo é combater supostas irregularidades na contratação, pela Prefeitura de Santo André (SP), para fornecimento de 689 mil fraldas descartáveis, custeadas com recursos federais, para atender a demanda de pacientes infectados com o novo coronavírus.

### **Investigação**

O trabalho conjunto da CGU e PF verificou que a Prefeitura utilizou a situação de emergência provocada pela pandemia para fundamentar e adquirir, por meio de dispensa de licitação, não somente o quantitativo de fraldas descartáveis a serem utilizados no Hospital de Campanha, mas também para abastecimento geral de diversas unidades de saúde do município.

Nas investigações, foram detectadas as seguintes irregularidades: estreita ligação entre a empresa contratada pela Prefeitura e outra empresa supostamente concorrente, que seria de “fachada”; existência de sócio “laranja” na empresa contratada; além de fortes indícios de sobrepreço de 79,50% na aquisição dos insumos.

### **Impacto social**

Em 2020, até meados de agosto, Santo André (SP) havia recebido pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) cerca de R\$ 78 milhões para ações de enfrentamento da Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para toda a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Protocletos consiste no cumprimento de três mandados de busca e apreensão em endereços localizados na cidade de São Paulo (SP). Os investigados podem responder por crimes de fraude à licitação e associação criminosa.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/08/cgu-e-pf-combatem-fraudes-com-recursos-da-saude-em-santo-andre-sp>

## **20/08/2020: Operação Estroinas - CGU e PF apuram irregularidades com recursos de saúde em Carmópolis (SE)**

Operação Estroinas investiga suspeita de contratações fraudulentas realizadas para combate à Covid-19. Montante envolvido é da ordem de R\$ 1,7 milhão

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (20), em Sergipe, da Operação Estroinas. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é combater irregularidades em contratações de caráter emergencial, promovidas pela Secretaria de Saúde de Carmópolis (SE), sob o fundamento de estarem relacionadas ao enfrentamento da Covid-19.

As contratações envolvem a aquisição de EPI's (máscaras, luvas, toucas e aventais descartáveis), material de higiene (álcool 70 % líquido e em gel, sabonete líquido e papel toalha) e medicamentos, assim como os serviços de instalação e locação de salas climatizadas na área externa do Hospital Municipal e de sanitização/higienização de veículos e logradouros.

### **Investigações**

As investigações identificaram que essas contratações realizadas pelo município possuem suspeitas de fraudes, tais como irregularidades na elaboração de propostas de preços e indícios de favorecimento em aquisições e locações. Também foram constatados sobrepreço e possível inexecução contratual por parte de algumas empresas contratadas.

Os contratos foram celebrados com empresas de capacidade operacional incompatível com os serviços que se pretendia contratar. O montante envolvido nas contratações investigadas é da ordem de R\$ 1,7 milhão.

### **Impacto social**

Até o mês de julho de 2020, foram repassados pelo Fundo Nacional de Saúde ao município de Carmópolis (SE) cerca de R\$ 2,7 milhões para custear diversas ações na área, incluindo as de prevenção e combate à Covid-19. Os valores das contratações fraudulentas representam mais de 60% dos recursos recebidos da União para o enfrentamento do novo coronavírus.

As irregularidades investigadas podem ter ocasionado prejuízos de ordem financeira. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Estroinas consiste no cumprimento de 32 mandados de busca e apreensão nos municípios de Aracaju (SE), Carmópolis (SE), Nossa Senhora do Socorro (SE), Cedro (PE), Boca da Mata (AL), Maceió (AL) e Tancredo Neves (BA). O trabalho conta com a participação de seis auditores da CGU e de 83 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção "Não identificado".

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/08/cgu-e-pf-apuram-irregularidades-com-recursos-de-saude-em-carmopolis-se>

## **13/08/2020: Operação NaCIO - CGU e PF combatem irregularidades com recursos públicos em União (PI)**

Operação NaCIO investiga sobrepreço de 207,94% na contratação, realizada pela Prefeitura Municipal, para fornecimento de 30 mil litros água sanitária

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (13), no Piauí, da Operação NaCIO. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é combater irregularidades na contratação para fornecimento de 30 mil litros de água sanitária, efetuada pela Prefeitura de União (PI), por meio de dispensa de licitação custeada com recursos federais e fundamentada na situação de emergência decorrente do novo coronavírus.

As investigações apontam indícios de conluio envolvendo empresas e agentes públicos do município, bem como revelam sobrepreço nos valores contratados.

Enquanto o litro da água sanitária foi adquirido por outros entes públicos, em média, por R\$ 3,17 durante o atual período de pandemia, conforme verificado em consulta ao Painel Gerencial “Contratações Relacionadas à Covid-19”, lançado pela CGU, a Prefeitura de União (PI) pagou pelo litro do mesmo produto o valor de R\$ 9,76, representando um sobrepreço de 207,94%. O prejuízo potencial aos cofres públicos identificado nessa contratação é de R\$ 164.762,50.

### **Impacto social**

A contratação com preços superiores aos praticados no mercado, inclusive já consideradas eventuais elevações de preço em virtude da situação emergencial vivenciada, representa um desperdício de recursos públicos, que poderiam ser empregados em benefício da população local em outras ações de saúde e de prevenção e combate à Covid-19.

### **Diligências**

A Operação consiste no cumprimento de seis mandados de busca e apreensão nas cidades de Teresina (PI) e de União (PI). O trabalho conta com a participação de dois servidores da CGU e de 30 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/08/cgu-e-pf-combatem-irregularidades-com-recursos-publicos-em-uniao-pi>

## **13/08/2020: Operação Virion - CGU e PF combatem fraudes na Secretaria de Saúde de Roraima**

Operação Virion investiga irregularidades na aquisição de equipamentos para o combate à Covid-19. Prejuízo potencial é da ordem de R\$ 12 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (13), em Boa Vista (RR), da Operação Virion. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é investigar suspeitos de integrarem uma organização criminosa, que teria se formado durante a pandemia, para fraudar licitações de produtos e serviços destinados ao enfrentamento da Covid-19 em Roraima.

As contratações suspeitas de irregularidades, promovidas pela Secretaria de Saúde do Estado, envolveriam aproximadamente R\$ 50 milhões, utilizados na aquisição desde insumos médico-hospitalares básicos até respiradores, testes rápidos e leitos em hospitais particulares.

### **Investigações**

A CGU identificou diversos indícios da prática de sobrepreço e superfaturamento, que podem gerar um prejuízo da ordem de R\$ 12 milhões aos cofres públicos. Além disso, foram encontradas irregularidades nas contratações e nos pagamentos; e falta de transparência na execução dos recursos federais destinados ao Estado, o que dificulta a fiscalização dos gastos.

O inquérito policial aponta que um ex-secretário de Saúde de Roraima, enquanto no cargo, teria se articulado com um ex-deputado estadual e direcionado contratações para empresas integrantes do esquema, inclusive promovendo o rateio de percentuais de quanto seria direcionado a quais empresas.

O parlamentar solicitaria a servidores que dessem andamento aos processos e pagamentos de seu interesse, inclusive cobrando pagamentos antecipados destinados às empresas do esquema.

As investigações sugerem que a organização criminosa se aproveitaria da possibilidade de contratações diretas, em razão da pandemia, para facilitar os crimes. Os procedimentos não seguiam ordem cronológica, de forma que processos mais antigos seriam preteridos em favor dos de interesse do grupo, bem como teriam o trâmite concentrado em único setor da Secretaria de Saúde de Roraima, sem qualquer transparência ou publicações.

### **Impacto Social**

Em 2020, até meados de julho, o Governo de Roraima havia recebido pelo Fundo Nacional de Saúde, por meio do Fundo Estadual de Saúde, cerca de R\$ 50 milhões para ações de enfrentamento da Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para toda a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Virion consiste no cumprimento de 36 mandados de busca e apreensão em oito estados (Amazonas, Bahia, Goiás, Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pará, Roraima e Santa Catarina) e no Distrito Federal. O trabalho conta com a participação de três servidores da CGU e de 150 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/08/cgu-e-pf-combatem-fraudes-na-secretaria-de-saude-de-roraima>

## **30/07/2020: OPERAÇÃO POLÍGRAFO - CGU, PF e MPRO combatem irregularidades com recursos da saúde em Rondônia**

Operação Polígrafo investiga fraudes na aquisição, por dispensa de licitação, de 100 mil kits de teste rápido para Covid-19, no valor de R\$ 10,5 milhões

A Controladoria-Gera da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (30), da Operação Polígrafo. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público de Rondônia (MPRO). O objetivo é combater supostas ilegalidades em dispensa de licitação, promovida pela Secretaria de Estado da Saúde (SESAU/RO), para aquisição de 100 mil kits de testes rápidos para diagnóstico da Covid-19. O montante envolvido é da ordem de R\$ 10,5 milhões.

### **Investigação**

A investigação constatou que o caráter competitivo do certame foi frustrado, uma vez que houve contratação direta de uma empresa com as seguintes irregularidades: não ter registro de produtos na ANVISA à época (item exigido no termo de referência); não possuir autorização para comercialização de produtos para a saúde; apresentar como objeto social “serviços combinados de escritório e apoio administrativo”; não ter funcionários registrados em 2020; e apresentar capital social incompatível com o valor do certame.

A referida aquisição ocorreu em paralelo a outro processo de dispensa de licitação que estava em trâmite. O certame anterior tinha o mesmo objeto, o custo unitário por kit mais econômico e 21 empresas puderam concorrer e apresentar propostas. Porém, mesmo vantajoso para a administração pública, ele foi revogado, sendo priorizada a contratação direta.

Os auditores verificaram que, embora fosse possível realizar pagamento antecipado de despesas em período de calamidade pública, não houve cumprimento das exigências legais para justificar a antecipação de R\$ 3,15 milhões (30% da contratação), que ocorreu em apenas quatro dias após a abertura do processo e sem existência de pedido formal pela empresa.

Com relação à entrega dos kits, apesar do pagamento antecipado, houve atraso de 27 dias após o prazo inicialmente informado pela empresa e o mesmo só ocorreu com a iniciativa do Governo de Rondônia em custear aeronave própria para buscar os insumos em São Paulo.

Também foram encontrados fortes indícios de ausência de capacidade técnica da empresa contratada e a possível atuação arquitetada entre empresários e agentes públicos para obtenção de vantagens indevidas.

A mesma empresa já havia sido alvo da [Operação Dispneia](#), deflagrada em 25/05/2020, que apurou a existência de sobrepreço na compra de 150 respiradores pulmonares pela Secretaria de Saúde de Fortaleza (CE). O potencial prejuízo financeiro é de R\$ 25,4 milhões.

### **Impacto Social**

Em 2020, até o mês de maio, o Estado de Rondônia havia recebido pelo Fundo Nacional de Saúde cerca de R\$ 71,2 milhões para ações de prevenção e enfrentamento da Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Polígrafo consiste no cumprimento de 13 mandados de busca e apreensão nos municípios de Porto Velho (RO), Rio de Janeiro (RJ), Balneário Camboriú (SC) e em Itajaí (SC). O trabalho conta com a participação de quatro servidores do MPRO, seis servidores da CGU e 50 policiais federais.

O MPRO também determinou a indisponibilidade de bens em nome da empresa investigada no valor de R\$ 3,15 milhões, pagos antecipadamente pela SESAU/RO, e o bloqueio de R\$ 7,35 milhões restantes do contrato, visando impedir suposto enriquecimento ilícito dos envolvidos e potencial dano aos cofres públicos.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/cgu-pf-e-mpro-combatem-irregularidades-com-recursos-da-saude-em-rondonia>

## **24/07/2020: Operação Dúctil - 2ª fase - CGU, PF e MPF combatem má aplicação de recursos da saúde em Guajará-Mirim (RO)**

2ª fase da Operação Dúctil investiga irregularidades na aquisição de insumos e produtos hospitalares para enfrentamento da pandemia de Covid-19

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta sexta-feira (24), da 2ª Fase da Operação Dúctil. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar supostas irregularidades na aquisição, pela Prefeitura de Guajará-Mirim (RO), a partir de recursos federais repassados ao ente municipal, de insumos e produtos hospitalares para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

### **Investigação**

A nova etapa da investigação decorre do aprofundamento da análise dos materiais apreendidos e das demais diligências efetuadas na primeira fase da operação, deflagrada em 10/06/2020. O trabalho identificou a existência de conluio entre empresas para frustrar o caráter competitivo em chamamentos públicos conduzidos sob a gestão da Secretaria de Estado de Saúde de Rondônia. Uma dessas empresas passou a operar de forma semelhante em Guajará-Mirim (RO).

Os auditores constataram fortes indícios de fraude em, ao menos, quatro dispensas de licitação conduzidas pela Prefeitura Municipal, tais como: ausência de capacidade técnica da empresa vencedora dos certames e a possível atuação arquitetada entre empresários e agentes públicos para obtenção de vantagens indevidas.

A Secretaria de Saúde de Guajará Mirim (RO) chegou a emitir empenhos em favor da empresa que venceu de forma irregular as quatro dispensas de licitação.

### **Impacto social**

Em 2020, até meados de julho, Guajará Mirim (RO) havia recebido do Fundo Nacional de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde, cerca de R\$ 4,2 milhões para ações de enfrentamento da Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade local, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Dúctil consiste no cumprimento de 10 mandados de busca e apreensão nos municípios de Guajará-Mirim (RO), Porto Velho (RO) e São Miguel do Guaporé (RO). O trabalho conta com a participação de dois servidores da CGU e de 35 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção "Não identificado".

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/cgu-pf-e-mpf-combatem-ma-aplicacao-de-recursos-da-saude-em-guajara-mirim-ro>

## **23/07/2020: Operação Bal Masqué - CGU, PF e MPF combatem fraudes na Secretaria de Saúde do Recife (PE)**

Operação Bal Masqué investiga irregularidades na aquisição de material médico-hospitalar. Prejuízo estimado aos cofres públicos é de R\$ 7,3 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (23), em Pernambuco, da Operação Bal Masqué. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar supostas ilegalidades na aquisição pela Secretaria de Saúde do Recife (PE), por meio de dispensas de licitação, de material médico-hospitalar descartável (máscaras, toucas e aventais) destinado ao enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

### **Investigações**

Os levantamentos iniciais efetuados pela CGU identificaram fatores de risco quanto à execução dos valores contratados, indicando tratar-se aparentemente de empresa de fachada. Dentre as irregularidades estão: valor licitado aproximadamente 53 vezes maior que seu capital social; inexistência de empregados declarados na Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) desde dezembro/2011; bem como ausência de movimentação declarada pela empresa entre os exercícios de 2013 e 2018.

Diante dos indicativos de que a empresa não disporia de capacidade técnica para honrar com o fornecimento do material, a PF realizou diligências que confirmaram a ocorrência de pagamentos por itens não entregues, estimando-se um prejuízo ao erário de R\$ 7.333.018,00.

### **Impacto Social**

Em 2020, até meados de julho, Recife (PE) havia recebido pelo Fundo Nacional de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde, cerca de R\$ 57 milhões para ações de enfrentamento da Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para toda a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Bal Masqué consiste no cumprimento de 11 mandados de busca e apreensão, sendo nove em Recife (PE) e dois em Jaboatão dos Guararapes (PE), além do afastamento da função pública de um dos envolvidos. O trabalho conta com a participação de três servidores da CGU e cerca de 46 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/cgu-pf-e-mpf-combatem-fraudes-na-secretaria-de-saude-do-recife-pe>

## **23/07/2020: Operação Apneia - CGU, PF e MPF realizam terceira fase da Operação Apneia em Pernambuco**

Objetivo é combater irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura de Recife (PE), de R\$ 11,5 milhões, para aquisição de respiradores pulmonares

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (23), em Pernambuco, da terceira fase da Operação Apneia. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é aprofundar as investigações acerca das irregularidades em contratos firmados pela Prefeitura de Recife (PE), por meio de dispensas de licitação, com valores totais de R\$ 11,5 milhões, para aquisição de 500 respiradores pulmonares destinados ao enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19.

### **Investigações**

A partir da análise dos materiais apreendidos e das demais diligências efetuadas nas duas primeiras fases da Operação Apneia, foi possível confirmar as irregularidades nas dispensas de licitação, a exemplo da inserção, por parte dos representantes da empresa investigada, de documentos falsos nos processos de compra. Além disso, constatou-se que a gestão municipal não exigiu o cumprimento de requisitos de habilitação pertinentes, em especial no que se refere à aquisição de equipamentos sem o devido registro na ANVISA.

Os auditores constataram, ainda, que apesar da documentação obtida evidenciar a entrega de apenas 35 ventiladores pulmonares pelo fornecedor, a Prefeitura de Recife (PE) atestou recebimento e efetuou pagamento referente a 50 equipamentos, resultando num dispêndio indevido de R\$ 322,5 mil.

Apenas após a divulgação na imprensa local de fatos acerca de irregularidades nessas dispensas e a notificação de investigação criminal preliminar pela Polícia Civil de Pernambuco, a Prefeitura resolveu, a pedido do grupo empresarial investigado, devolver os equipamentos e promover o ressarcimento dos valores pagos, sem aplicação de penalidade ao fornecedor.

### **Impacto Social**

A aquisição de ventiladores pulmonares sem autorização da ANVISA para uso em seres humanos impactou as ações de enfrentamento da pandemia causada pela Covid-19 justamente na sua fase mais crítica, até o momento, na capital pernambucana. Os recursos dispendidos para a contratação não tiveram retorno para a população, haja vista que os equipamentos não estavam aptos para uso.

### **Diligências**

A terceira fase da Operação Apneia consiste no cumprimento de cinco mandados de busca e apreensão, sendo quatro em Recife (PE) e um em Sumaré (SP), além de medida cautelar de afastamento das atividades econômicas de um investigado. O trabalho conta com a participação de dois servidores da CGU e cerca de 18 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/cgu-pf-e-mpf-realizam-terceira-fase-da-operacao-apneia-em-pernambuco>

## **10/07/2020: Operação Estirpe - Operação Estirpe combate irregularidades na Prefeitura de Alhandra (PB)**

CGU, GAECO/MPPB, TCE/PB, SEFAZ/PB, Polícias Civil e Militar apuram licitações direcionadas a empresas ligadas a familiares e amigos de gestores municipais

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta sexta-feira (10), na Paraíba, da Operação Estirpe. O trabalho é realizado em parceria com o Grupo de Atuação Especial contra o Crime Organizado do Ministério Público Estadual (GAECO/MPPB), Polícias Civil e Militar, Tribunal de Contas do Estado (TCE/PB) e a Secretaria de Estado da Fazenda (SEFAZ-PB). O objetivo é combater irregularidades em licitações e contratos da Prefeitura de Alhandra (PB).

As investigações tiveram início após notícias veiculadas na mídia acerca um pregão presencial na localidade para a aquisição de plantas ornamentais, em plena situação de emergência e de restrição financeira causada pela Covid-19. Com o aprofundamento das apurações, foram constatadas fraudes nessa e em outras licitações e dispensas vencidas por empresas ligadas a familiares e amigos dos gestores municipais.

A força-tarefa encontrou direcionamento das contratações; favorecimento a licitantes; e contratação de empresas com estruturas incompatíveis com o volume de produtos/serviços a serem fornecidos ao município. Os pagamentos realizados pela Prefeitura de Alhandra (PB), em favor das empresas investigadas, totalizam R\$ 5.387.178,47.

### **Impacto social**

O direcionamento das contratações, em favor de determinadas empresas ligadas direta ou indiretamente ao gestor público, possibilita a ocorrência de desvio de recursos públicos que poderiam ser utilizados tanto no combate à Covid-19 quanto em outras ações e serviços públicos voltados à melhoria da qualidade de vida da população.

A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Estirpe consiste no cumprimento de 21 mandados de busca e apreensão nas cidades de Alhandra (PB), João Pessoa (PB), Cabedelo (PB), Guarabira (PB) e Igarassu (PE). Os trabalhos contam com a participação de oito auditores da CGU, 12 auditores da SEFAZ-PB, seis auditores do TCE/PB, três promotores de justiça e 22 servidores do MPPB, 32 policiais civis e 20 policiais militares. A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/operacao-estirpe-combate-irregularidades-na-prefeitura-de-alhandra-pb>

## **07/07/2020: OPERAÇÃO SERÔDIO - CGU e PF combatem irregularidades na Secretaria de Saúde de Aracaju (SE)**

Operação Serôdio investiga direcionamento e sobrepreço na contratação de empresa, por R\$ 3,2 milhões, para montagem do Hospital de Campanha da capital

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (7), da Operação Serôdio. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar irregularidades na contratação, pela Secretaria de Saúde de Aracaju (SE), de empresa para montagem da estrutura necessária ao funcionamento do Hospital de Campanha da capital. O montante envolvido é da ordem de R\$ 3.258.000,00.

As investigações preliminares apontam que a contratação, efetuada por meio de dispensa de licitação, possuía cláusulas restritivas à competitividade e não permitia o parcelamento do objeto, o que elevou seu custo. Os auditores identificaram falhas na execução contratual, possível favorecimento à empresa contratada e indícios de sobrepreço na locação de containers, pois a própria Secretaria Municipal de Saúde realizou locação similar por preço inferior em contratação anterior.

Também há incidência de sobrepreço na locação da estrutura de climatização – o custo da locação de cada aparelho de ar condicionado por seis meses chega a quase três vezes o custo de sua aquisição.

### **Impacto social**

Em 2020, até o mês de junho, Aracaju (SE) havia recebido pelo Fundo Nacional de Saúde, por meio do Fundo Municipal de Saúde, cerca de R\$ 24 milhões para custar ações de combate à Covid-19. As irregularidades investigadas podem ter ocasionado prejuízos de ordem financeira em virtude do potencial sobrepreço da contratação, recursos que poderiam ser aplicados no atendimento de outras demandas necessárias ao enfrentamento da pandemia.

Ademais, pode ter ocorrido o comprometimento da qualidade do serviço prestado, sobretudo pela precariedade da climatização do ambiente hospitalar instalado, bem como outros danos decorrentes da execução inadequada do serviço pela contratada.

### **Diligências**

A Operação Serôdio consiste no cumprimento de nove mandados de busca e apreensão em Aracaju (SE) e Nossa Senhora do Socorro (SE). O trabalho conta com a participação de dois auditores da CGU e de 50 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/07/cgu-e-pf-combatem-irregularidades-na-secretaria-de-saude-de-aracaju-se>

## **30/06/2020: Operação Sangria - CGU, PF, MPF e RFB apuram irregularidades em compras de respiradores no Amazonas**

Operação Sangria detectou superfaturamento na aquisição de ventiladores pulmonares pela SUSAM. Equipamentos foram considerados inadequados

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (30), da Operação Sangria. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e a Receita Federal do Brasil (RFB). O objetivo é apurar possíveis irregularidades em contratos celebrados por dispensas de licitação, em caráter emergencial, pela Secretaria de Saúde do Amazonas (SUSAM).

As investigações apontam que a SUSAM pagou R\$ 2,9 milhões a uma loja de vinhos por 28 ventiladores pulmonares destinados ao tratamento de infectados pelo novo coronavírus. Os auditores verificaram que a aquisição foi a valores muito superiores aos de mercado, demonstrando superfaturamento e direcionamento à empresa contratada. Além disso, os equipamentos foram considerados "inadequados" para pacientes com Covid-19, segundo o Conselho Regional de Medicina do Amazonas (CREMAM).

As apurações também indicam para uma triangulação entre fornecedores e a SUSAM para encobrir o verdadeiro vendedor dos respiradores, onde a loja de vinhos foi escolhida sob o pretexto de ser uma importadora. Entretanto, ela não importou os equipamentos, mas sim comprou no mercado local, acrescentando 20% sobre o preço para revender ao Governo do Estado.

### **Impacto social**

O Amazonas já recebeu cerca de R\$ 310 milhões repassados pelo Fundo Nacional de Saúde (FNS) em 2020. Desse valor, R\$ 80.875.854,49 são especificamente para combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Sangria consiste no cumprimento de 20 mandados de busca e apreensão e oito de prisão temporária, nas cidades de Manaus (AM) e de São José dos Campos (SP).

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção "Não identificado".

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-pf-mpf-e-rfb-apuram-irregularidades-em-compras-de-respiradores-no-amazonas>

## **26/06/2020: Operação Vírus Infectio III - CGU, PF e MPF combatem desvios de recursos na Secretaria de Saúde do Amapá**

Vírus Infectio III apura irregularidades em contratações de empresas para enfrentamento à pandemia. Emissões bancárias superam os R\$ 6,1 milhões

A Controladoria Geral da União (CGU) participa, nesta sexta-feira (26), da Operação Vírus Infectio III. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é desarticular um possível esquema na Secretaria de Saúde do Amapá (SESA/AP) de desvios de recursos repassados pelo SUS no âmbito das ações de enfrentamento à pandemia provocada pela Covid-19.

No decorrer das investigações, foram constatadas emissões de ordens bancárias pelo Fundo Estadual de Saúde (FES), destinadas a empresas fornecedoras de equipamentos médico-hospitalares e de proteção individual (EPI), algumas supostamente de fachada, totalizando um montante de R\$ 4.902.969,75.

Também foi identificada a emissão de ordem bancária no valor de R\$ 1,2 milhão para uma microempresa, ou seja, aproximadamente três vezes maior que o valor global máximo de enquadramento previsto a ser auferido para microempresa em cada ano-calendário.

### **Impacto Social**

O Estado do Amapá já recebeu, em 2020, o total de R\$ 57.040.917,68 do Governo Federal para aplicação exclusiva no enfrentamento à pandemia de Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Vírus Infectio III consiste no cumprimento de sete mandados de busca e apreensão em órgãos públicos e residências localizados em Macapá (AP). Os trabalhos contam com a participação de 24 policiais federais e de dois auditores da CGU.

Os investigados podem responder por crimes previstos na Lei de Licitações, peculato, ordenação de despesa não autorizada e organização criminosa.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-pf-e-mpf-combatem-desvios-de-recursos-na-secretaria-de-saude-do-amapa>

## **18/06/2020: OPERAÇÃO SOLERCIA - CGU, PF e Receita Federal combatem irregularidades no Governo do Estado do Pará**

Operação Solercia investiga contratos com fornecedoras de produtos alimentícios. Pagamentos, inclusive com recursos do SUS, somam mais de R\$ 50 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (18), da Operação Solercia. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e a Receita Federal (RFB). O objetivo é apurar supostas irregularidades na contratação, por órgãos e secretarias do Governo do Estado do Pará, de grupo de empresas fornecedoras de produtos alimentícios.

As investigações tiveram início após veículos de imprensa noticiarem eventuais fraudes em contrato firmado pela Secretaria de Educação (SEDUC-PA), em março deste ano, por meio de dispensa de licitação, no valor de R\$ 73.928.946. O objeto era a aquisição de cestas de alimentação escolar para toda a rede estadual de ensino, como medida de enfrentamento à pandemia da Covid-19.

A contratação foi cancelada. No entanto, o fato levou os auditores a descobrirem que a empresa vencedora fazia parte de um grupo de três empresas, constituído em nome de possíveis testas de ferro, com o intuito de firmar contratos junto ao Governo do Pará há pelo menos cinco anos. Nesse período, os pagamentos recebidos por elas, inclusive com recursos do SUS, somam mais de R\$ 50 milhões. Há indícios de que o esquema foi organizado por grandes empresários do setor alimentício do Estado.

### **Impacto social**

O Estado do Pará já recebeu cerca de R\$ 326 milhões repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 105.619.729,31 são especificamente para combate ao Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Solercia consiste no cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão nas cidades de Belém (PA), Ananindeua (PA), Salinópolis (PA) e São Paulo (SP). O trabalho conta com a participação de dois auditores da CGU, auditores da Receita Federal e 80 policiais federais.

Os investigados podem responder por crimes previstos na Lei de Licitações, falsidade ideológica, associação criminosa, corrupção passiva e ativa e peculato.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-pf-e-receita-federal-combatem-irregularidades-no-governo-do-estado-do-para>

## **16/06/2020: Operação Casa de Papel - Operação Casa de Papel combate fraudes com recursos da saúde em Recife (PE)**

CGU, PF e MPF apuram indícios de irregularidades em contratação de empresa, por R\$ 7,5 milhões, no âmbito das ações de enfrentamento à pandemia

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (16), da Operação Casa de Papel. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é combater supostas fraudes, praticadas pela Secretaria de Saúde do Recife (PE), com recursos repassados pelo SUS no âmbito das ações de enfrentamento à pandemia provocada pela Covid-19.

Na investigação foram identificados indícios de irregularidades nas aquisições de materiais médico-hospitalares, tais como favorecimento na contratação, interpostas pessoas no quadro social da empresa (laranjas), sócios ocultos como verdadeiros proprietários e de lavagem de dinheiro. Os valores envolvidos nesse contrato chegam a R\$ 7,5 milhões.

### **Impacto Social**

O município de Recife (PE) já recebeu o total de R\$ 257.514.774,63 repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 48.708.598,84 são especificamente para o combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Casa de papel consiste no cumprimento de 35 mandados de busca e apreensão nos municípios de Recife (PE), Olinda (PE), Cabo de Santo Agostinho (PE) e Paulista (PE). O trabalho conta com a participação de seis auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/operacao-casa-de-papel-combate-fraudes-com-recursos-da-saude-em-recife-pe>

## **16/06/2020: Operação Antídoto - Operação Antídoto combate irregularidades na Secretaria de Saúde do Recife (PE)**

CGU, PF e MPF identificaram indícios de fraudes na aquisição de materiais médico-hospitalares para combate à Covid-19. Valores ultrapassam R\$ 80 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (16), da Operação Antídoto. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é combater supostas fraudes, praticadas pela Secretaria de Saúde do Recife (PE), com recursos repassados pelo SUS no âmbito das ações de enfrentamento à pandemia provocada pela Covid-19.

Na investigação foram identificados indícios de irregularidades na aquisição de materiais médico-hospitalares, como utilização de sócios laranjas, sócios ocultos, direcionamento da contratação, falta de capacidade econômica da empresa e lavagem de dinheiro. Os valores envolvidos nesse contrato ultrapassam o montante de R\$ 80 milhões.

### **Impacto Social**

O município de Recife (PE) já recebeu o total de R\$ 257.514.774,63 repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 48.708.598,84 são especificamente para o combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Antídoto consiste no cumprimento de seis mandados de busca e apreensão na empresa, residência dos sócios e na Secretaria Municipal de Saúde do Recife (PE). O trabalho conta com a participação de dois auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/operacao-antidoto-combate-irregularidades-na-secretaria-de-saude-do-recife-pe>

## **15/06/2020: OPERAÇÃO EXAM - CGU, PF e MPF combatem irregularidades com recursos da saúde em Cabo Frio (RJ)**

Operação Exam apura ilícitos na aquisição e baixa de medicamentos; no pagamento de exames de sangue; e em fraudes em licitação para o combate à Covid-19

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta segunda-feira (15), no Rio de Janeiro, da Operação Exam. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é investigar suposto esquema de desvio de recursos da área de saúde em Cabo Frio (RJ).

A partir de levantamentos da CGU, foram identificados indícios de fraudes em compras e baixas de medicamentos pela Secretaria Municipal de Saúde, em 2018, além de duplicidade nos pagamentos de exames de sangue. O prejuízo estimado aos cofres públicos é de R\$ 7 milhões.

Os trabalhos investigativos revelaram, ainda, indícios de fraudes na aplicação de recursos destinados ao combate da Covid-19, por meio da utilização do Hospital Unilagos. As apurações indicam a possível ocorrência de corrupção ativa e passiva, fraude ao caráter competitivo da licitação, peculato e associação criminosa.

### **Impacto social**

O município de Cabo Frio já recebeu o total de R\$ 55.996.906,61 repassados pelo SUS em 2020. A má aplicação desses recursos da área da saúde, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Exam consiste no cumprimento de 29 mandados de busca e apreensão nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Nova Iguaçu (RJ), São João de Meriti (RJ), Cabo Frio (RJ), São Pedro da Aldeia (RJ), Miracema (RJ) e Serra (ES). O trabalho conta com a participação de 16 auditores da CGU e de 90 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-pf-e-mpf-combatem-irregularidades-com-recursos-da-saude-em-cabo-frio-rj>

## **10/06/2020: OPERAÇÃO DÚCTIL - CGU, PF e MPF combatem irregularidades com recursos da saúde em Rondônia**

Operação investiga possíveis fraudes na aquisição de produtos hospitalares para combate à pandemia. Valores das aquisições somam R\$ 21 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (10), da Operação Dúctil. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar supostas irregularidades na aquisição, pelo Governo do Estado de Rondônia, de insumos e produtos hospitalares para o enfrentamento da pandemia de Covid-19.

As investigações apontaram eventuais fraudes em dispensas de licitação, tais como: indícios de apresentação de atestado de capacidade técnica falso por empresas e a possível atuação em conluio entre empresas e agentes públicos.

Durante a análise dos processos, os auditores da CGU constataram, ainda, indícios de ausência de representatividade legal do responsável por propostas comerciais e irregularidades de procedimentos na homologação de propostas.

Os valores envolvidos são da ordem de R\$ 21 milhões, havendo pagamento adiantado de cerca de R\$ 3 milhões, sem a apresentação pelas empresas de garantias suficientes para suprir os riscos porventura causados sobre a não entrega dos produtos.

### **Impacto social**

O Estado de Rondônia já recebeu cerca de R\$ 201 milhões repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 71.230.821,54 são especificamente para combate ao Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Dúctil consiste no cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão e dois de prisão temporária nos municípios de Porto Velho (RO), Rolim de Moura (RO), São Miguel do Guaporé (RO), São Bernardo do Campo (SP), Tabapuã (SP), São Caetano do Sul (SP), Santo André (SP) e Manaus (AM).

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-pf-e-mpf-combatem-irregularidades-com-recursos-da-saude-em-rondonia>

## **10/06/2020: OPERAÇÃO PARA BELLUM - CGU, MPF e PF combatem irregularidades envolvendo recursos da saúde no Pará**

Operação investiga compra de ventiladores pulmonares para UTIs. Governo do Estado já pagou R\$ 25,2 milhões por equipamentos inservíveis

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (10), da Operação Para Bellum. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar supostas irregularidades na contratação, pelo Governo do Estado do Pará, de empresa fornecedora de ventiladores pulmonares para equipar Unidade de Terapia Intensiva (UTIs) destinadas ao tratamento de pacientes infectados com a Covid-19.

As investigações, iniciadas pelo MPF, apontaram que as possíveis fraudes ocorreriam desde o início do processo de seleção do fornecedor, realizado fora dos autos processuais e mediante direcionamento da contratação para a empresa vencedora.

Os auditores da CGU constataram que houve montagem do processo de dispensa de licitação, além do pagamento de R\$ 25,2 milhões antes mesmo da formalização do contrato – o que corresponde à metade do valor total contratado. A empresa vencedora, cabe destacar, entregou respiradores diferentes dos previstos em contrato. Os produtos se mostraram inservíveis e tiveram que ser devolvidos.

### **Impacto social**

O Estado do Pará já recebeu cerca de R\$ 326 milhões repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 105.619.729,31 são especificamente para combate ao Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Para Bellum consiste no cumprimento de 23 mandados de busca e apreensão no Pará, Santa Catarina, Distrito Federal, Rio de Janeiro, Minas Gerais, São Paulo e Espírito Santo. O trabalho conta com a participação de servidores da Receita Federal, três procuradores da República, 130 policiais federais e dois auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-mpf-e-pf-combatem-irregularidades-envolvendo-recursos-da-saude-no-para>

## **10/06/2020: OPERAÇÃO ASSEPSIA - CGU e PF combatem irregularidades na Secretaria de Saúde de Rio Branco (AC)**

Operação Assepsia apura fraudes em contratação de máscaras e álcool em gel para enfrentamento do coronavírus. Prejuízo é de R\$ 1 milhão

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (10), em Rio Branco (AC), da Operação Assepsia. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é combater fraudes na aquisição de máscaras e álcool em gel para enfrentamento do novo coronavírus .

A investigação teve início no dia 7 de abril, após a Secretaria Municipal de Saúde (SEMSA) publicar homologação de dispensa de licitação para aquisição de mais de 70 mil litros de álcool gel e quase um milhão de máscaras. O valor da contratação foi de R\$ 6.993.975 e a previsão era consumir o antisséptico em apenas quatro meses.

A Polícia Federal constatou indícios de montagem processual, simulação de pesquisas de preços e falsidade de assinaturas nos documentos da empresa contratada.

Os fatos foram confirmados pela CGU que, em visita técnica no dia 28 de abril, encontrou indícios de simulação no procedimento de verificação do valor de mercado dos produtos a serem adquiridos. A pesquisa de preços foi realizada com três fornecedores localizados em outros estados, inclusive a empresa contratada – nenhum deles possui histórico de atuação em contratos públicos no Acre.

Os auditores da CGU também identificaram sobrepreço na aquisição do álcool em gel. A SEMSA já pagou por 32 mil litros do produto, causando um prejuízo de R\$ 1.075.200. Se for realizado o pagamento do quantitativo total do contrato, o prejuízo pode chegar a R\$ 2.353.680.

### **Impacto social**

O município de Rio Branco já recebeu o total de R\$ 20.995.659,07 repassados pelo SUS em 2020. Desse valor, R\$ 1.293.118,72 são especificamente para o combate à Covid-19. A má aplicação desses recursos, em um momento tão delicado como o atual, é extremamente prejudicial para a sociedade, que já está sendo bastante afetada pelos efeitos da pandemia.

### **Diligências**

A Operação Assepsia consiste no cumprimento de dois mandados de prisão temporária e sete mandados de busca e apreensão nos municípios de Rio Branco (AC), Porto Velho (RO), Santo André (SP) e São Bernardo do Campo (SP). Seis pessoas foram intimadas para prestarem esclarecimentos. Os trabalhos contam com a participação de três auditores da CGU e de 46 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-e-pf-combatem-irregularidades-na-secretaria-de-saude-de-rio-branco-ac>

## **09/06/2020: OPERAÇÃO COBIÇA FATAL - CGU e PF combatem fraudes em compras de máscaras cirúrgicas em São Luís (MA)**

Operação Cobiça Fatal investiga supostas fraudes na contratação emergencial de empresas que forneceram máscaras cirúrgicas para a Secretaria Municipal de Saúde

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (9), em São Luís (MA).da Operação Cobiça Fatal. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é combater supostos crimes de fraudes licitatórias e irregularidades contratuais, corrupção ativa e passiva, associação criminosa e lavagem de ativos.

### **Investigações**

A área de investigações da CGU detectou que a Secretaria Municipal de Saúde (SEMUS) de São Luís teria contratado por dispensa de licitação, em caráter emergencial, para combate à pandemia de Covid-19, duas empresas sem capacidade técnico-operacional para fornecimento de máscaras cirúrgicas descartáveis superfaturadas. Verificou-se que uma das empresas operava em nome de “laranjas”, além de ser de “fachada”, e a outra nunca havia comercializado máscaras.

Foi observado, em ambas as contratações, superfaturamento de preço de mais de 200% em relação ao valor de mercado. O prejuízo decorrente do superfaturamento calculado pela CGU pode chegar a R\$ 2.306.600,00.

Investigações adicionais da PF indicam o uso de outras empresas, pelo mesmo núcleo empresarial, para supostamente fraudar contratações também em pelo menos outros cinco municípios do Estado do Maranhão.

### **Impacto social**

As fraudes supostamente perpetradas na SEMUS-São Luís, com o conseqüente prejuízo milionário causado aos cofres municipais, possuem o condão de impactar negativamente as ações de saúde necessárias para o bom atendimento às vítimas de Covid-19, além de tornar mais onerosa a disponibilização de equipamentos de proteção individual (EPIs) para os profissionais da saúde.

### **Diligências**

A Operação Cobiça Fatal consiste no cumprimento de três mandados de prisão temporária e de 14 mandados de busca e apreensão em endereços localizados em São Luís e em São José de Ribamar, além do afastamento dos sigilos bancário, fiscal e telemático dos envolvidos.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-e-pf-combatem-fraudes-em-compras-de-mascaras-cirurgicas-em-sao-luis-ma>

## **09/06/2020: OPERAÇÃO SCEPTICUS - CGU, PF e MPF contra desvio de recursos do combate à Covid-19 em Carapebus (RJ)**

Apurações indicam ilícitos na contratação de empresas fornecedoras de testes rápidos, EPIs, dentre outros materiais. Contratos somam R\$ 4,7 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta terça-feira (9), no Rio de Janeiro, da Operação Scepticus. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é combater o desvio de recursos públicos na área da saúde no município de Carapebus (RJ).

Os fatos apurados indicam a ocorrência de ilícitos na contratação de empresas fornecedoras de medicamentos, de testes rápidos para diagnóstico do Covid-19, de equipamentos de proteção individual (EPIs), de equipamentos médico-hospitalares, de material de limpeza e de locação de estrutura e montagem de hospital de campanha. Os valores envolvidos nos contratos somam R\$ 4,7 milhões.

As investigações apontam para a possível realização de dispensas fraudulentas de licitações, sob o pretexto de promover ações rápidas de combate ao coronavírus, com a possível ocorrência de corrupção ativa e passiva, fraude ao caráter competitivo da licitação e peculato.

### **Impacto social**

O Poder Executivo municipal tem a função de gerir os recursos recebidos (federais e estaduais) em prol do interesse de toda população. Ao direcionar sua atuação, a Prefeitura deixa de exercer o seu papel e possibilita superfaturamento na aquisição de bens e serviços, além de desvios de recursos que poderiam ser utilizados em áreas como saúde, educação, infraestrutura e assistência social, impactando de forma negativa o atingimento dos objetivos das respectivas políticas públicas.

### **Diligências**

A Operação Scepticus consiste no cumprimento de 22 mandados de busca e apreensão, além de quebra de sigilo bancário dos envolvidos. Os trabalhos ocorrem no município de Carapebus (RJ) e contam com a participação de dez auditores da CGU e de 87 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/cgu-pf-e-mpf-contra-desvio-de-recursos-do-combate-a-covid-19-em-carapebus-rj>

### **03/06/2020: Operação Inópia - Operação Inópia combate irregularidades na assistência social em Pernambuco**

CGU, PCPE, MPPE e PF apuram supostos crimes praticados para aquisição de cestas básicas destinadas a trabalhadores informais durante a quarentena

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nessa quarta-feira (3), em Pernambuco, da Operação Inópia. O trabalho foi realizado em parceria com o Departamento de Repressão à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil (DRACCO/PCPE), pelo Grupo de Atuação Especial de Repressão ao Crime Organizado do Ministério Público Estadual (GAECO/MPPE) e pelo Departamento de Polícia Federal (PF).

O objetivo foi apurar supostos crimes de peculato (art. 312 do Código Penal) e de dispensa irregular de licitação (art. 89 da Lei nº 8.666/1993) praticados quando da aquisição de cestas básicas pelo Fundo Estadual de Assistência Social (FEAS). A distribuição de alimentos é destinada aos trabalhadores informais que tiveram sua fonte de renda afetada com a paralisação das atividades durante as medidas mais rígidas de quarentena.

A empresa investigada foi contratada para o fornecimento de 200 mil cestas básicas ao valor total de R\$ 12,7 milhões. Após investigações iniciais, verificaram-se indícios de que ela poderia ser uma empresa de fachada utilizada como instrumento para a prática de irregularidades.

#### **Diligências**

A Operação Inópia consistiu no cumprimento de quatro mandados de busca e apreensão nos municípios de Recife (PE), Paudalho (PE), Águas Lindas de Goiás (GO) e Brasília (DF). O trabalho contou com a participação de dois auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre quaisquer irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, para isso, basta escolher a opção “Não identificado”.

#### **Balanço**

A Operação Inópia é a 8ª realizada pela CGU, em conjunto com outros órgãos de controle e de defesa, visando a eficiente aplicação dos recursos públicos federais repassados a estados e municípios para combater o novo coronavírus. Nos meses de abril e maio, [outras operações especiais](#) foram deflagradas na Paraíba, Amapá, Distrito Federal, São Paulo, Ceará e Rio Grande do Sul e Pernambuco para desarticular esquemas de fraude na aquisição de bens, serviços e insumos destinados às ações de enfrentamento à pandemia. A CGU também tem apoiado indiretamente outras operações, a partir do fornecimento de informações de inteligência aos órgãos responsáveis.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/06/operacao-inopia-combate-irregularidades-na-assistencia-social-em-pernambuco>

## **28/05/2020: Operação Apneia - segunda fase - CGU, PF e MPF deflagram operação em Recife (PE) para apurar compras de respiradores**

Há indícios de irregularidades em contratos celebrados por dispensas de licitação para aquisição de 500 respiradores pulmonares

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (28), em Pernambuco, da segunda fase da Operação Apneia, em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo é apurar possíveis irregularidades em contratos celebrados por dispensas de licitação pela Prefeitura de Recife, por meio da Secretaria de Saúde, para aquisição de 500 respiradores pulmonares em caráter emergencial para combate à pandemia de Covid-19 no município. As diligências estão sendo realizadas nos estados de São Paulo e Pernambuco.

### **Investigações**

No decorrer das investigações, verificou-se que empresas com débitos com a União superiores a R\$ 9 milhões se utilizaram de uma microempresa “fantasma”, constituída em nome da ex-companheira do proprietário de fato, para contratar com a prefeitura. Diligências policiais revelaram que a firma contratada não existe de fato em seu endereço de cadastro, além de não ter funcionários ou bens em seu nome.

O total contratado com a Prefeitura de Recife ultrapassava o patamar de R\$ 11 milhões, ao passo em que a empresa fictícia tinha um suposto capital social de apenas R\$ 50 mil, e não poderia faturar mais que R\$ 360 mil por ano.

A empresa chegou a fornecer 35 respiradores à prefeitura, no entanto o contrato foi desfeito no dia 22 de maio de 2020, um dia após notícias sobre as irregularidades serem divulgadas na imprensa.

Outro fato que chamou a atenção foi que os respiradores sequer foram utilizados pela Secretaria de Saúde, apesar de estarem há semanas em sua posse, mesmo com a notória demanda pela utilização desse equipamento, e diante de uma verdadeira corrida por bens dessa natureza.

Documento expedido por órgão da pasta, e utilizado como justificativa para o distrato, informa que a fornecedora “não comprovou a homologação da Anvisa”. Ao mesmo tempo, em conta de rede social do proprietário da fabricante dos respiradores, observou-se que os aparelhos, ao menos até o início deste mês de maio (quando já haviam sido entregues unidades à prefeitura), teriam sido testados somente em animais.

Durante a deflagração da primeira fase da operação, realizada em sigilo na última segunda-feira (25), foi constatado que, dos 35 respiradores recebidos pelo preposto da empresa fornecedora, apenas 25 se encontravam em depósito, tendo os demais sido comercializados. Há indícios de que um dos aparelhos tenha sido adquirido por prefeitura do interior do estado pelo triplo do valor que constava no contrato com a Prefeitura de Recife. A Justiça Federal determinou que os respiradores encontrados durante a operação não sejam comercializados ou transportados para outras localidades até a realização das auditorias pertinentes.

Os envolvidos podem responder pelos crimes de dispensa indevida de licitação (Art. 89 da Lei 8.666/93), uso de documento falso (Art. 304 do CPB), além de sonegação fiscal (Art. 1º da lei nº 8.137/93) e previdenciária (Art. 337-A do CPB) e ainda associação criminosa (Art. 288 do CPB), sem prejuízo de outros delitos que venham a ser apurados no decorrer da investigação.

### **Diligências**

A segunda fase da Operação Apneia consiste no cumprimento de seis mandados de busca e apreensão, sendo três na cidade de Recife (PE), um em Paulínia (SP) e dois em Sumaré (SP). O trabalho conta com a participação de quatro servidores da CGU e cerca de 17 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal Fala.BR para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre estes contratos ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode

enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, bastando escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/05/cgu-pf-e-mpf-deflagram-operacao-em-recife-para-apurar-compras-de-respiradores>

## **27/05/2020: OPERAÇÃO CAMILO - CGU combate fraudes na gestão do Hospital Regional do Vale do Rio Pardo (RS)**

Operação Camilo investiga irregularidades na administração do HRVPR, feita por organização social contratada. Prejuízo potencial é de R\$ 15 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quarta-feira (27), no Rio Grande do Sul, da Operação Camilo. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF), o Tribunal de Contas Estadual (TCE/RS), o Ministério Público Federal (MPF) e o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado do Ministério Público do Estado (GAECO/MPRS). O objetivo é desarticular esquema criminoso montado para desviar recursos do Sistema Único de Saúde (SUS), destinados ao Hospital Regional do Vale do Rio Pardo (HRVPR).

### **Investigação**

A investigação foi iniciada a partir de informações recebidas, no mês de junho de 2018, pela Delegacia de Polícia Federal de Santa Cruz do Sul (RS). Em apuração realizada posteriormente pela CGU, foram identificadas diversas irregularidades na gestão do HRVPR, que é feita por uma organização social (OS) contratada para administrar o hospital. Dentre elas, destacam-se:

- Precariedade do Termo de Referência e do Edital do Chamamento Público que selecionou a OS;
- Subjetividade nos critérios de julgamento para seleção da OS;
- Subcontratação de empresas pela OS por valores superestimados;
- Existência de vínculos societários e de parentesco entre sócios das empresas subcontratadas pela OS;
- Contratação de empresas pertencentes a membros da Diretoria e do Conselho de Administração da OS, caracterizando conflito de interesses; e
- Ausência de requisitos para atuar como OS durante a vigência do contrato.

A força-tarefa apurou, até o atual estágio da investigação, prejuízo potencial da ordem de R\$ 15 milhões em relação aos cerca de R\$ 60 milhões destinados ao HRVPR, no período de novembro de 2017 a fevereiro de 2020.

De acordo com a PF, foram identificadas situações com ocorrência de crimes previstos na Lei de Licitações (nº 8.666/1993), organização criminosa, lavagem de dinheiro, peculato, corrupção passiva, corrupção ativa, além de possíveis crimes tributários e de responsabilidade.

### **Impacto Social**

O HRVPR presta atendimento de urgência e de emergência, além de plantão em regime de sobreaviso, bem como oferta de consultas e cirurgias eletivas em diversas especialidades. Esses serviços, por disposição da Resolução CIR nº 85/2013, alcançam cerca de 145 mil habitantes da região, distribuídos nos municípios de Candelária, Gramado Xavier, Herveiras, Mato Leitão, Pântano Grande, Passo do Sobrado, Rio Pardo, Sinimbu, Vale do Sol, Vale Verde e Vera Cruz.

As possíveis irregularidades praticadas com recursos do SUS tem potencial impacto negativo, quantitativa e qualitativamente, na prestação de serviços à população, principalmente a de baixa renda que depende dos estabelecimentos públicos de saúde.

### **Diligências**

A Operação Camilo consiste no cumprimento de 61 mandados de busca e apreensão e de 15 mandados de prisão temporária, nas cidades gaúchas de Rio Pardo, Porto Alegre, Butiá, Canoas, Capela de Santana, Gravataí, Cachoeirinha, São Leopoldo, Guaíba, Portão, Cacequi e São Gabriel, além de São Paulo (SP), São Bernardo do Campo (SP), Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC) e São José (SC).

Também foram deferidos o arresto/sequestro de bens móveis e imóveis e o bloqueio judicial de valores depositados em contas dos investigados e de suas empresas, além do afastamento cautelar de funções exercidas por servidores públicos. O trabalho conta com a participação de mais de 280 policiais federais, dez auditores da CGU e oito auditores do TCE/RS.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal Fala.BR para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre estes contratos ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, bastando escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/05/cgu-combate-fraudes-na-gestao-do-hospital-regional-do-vale-do-rio-pardo-rs>

## **25/05/2020: Operação Dispneia - CGU, MPF e PF apuram irregularidades na Secretaria de Saúde de Fortaleza (CE)**

Operação Dispneia investiga fraude em contratação e sobrepreço na aquisição de ventiladores pulmonares para tratamento de pacientes com a Covid-19

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta segunda-feira (25), no Ceará, da Operação Dispneia. O trabalho é realizado em parceria com o Ministério Público Federal (MPF) e a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar irregularidades na compra de 150 ventiladores pulmonares, que seriam utilizados no tratamento de pacientes em estado grave infectados com a Covid-19 em Fortaleza (CE).

### **Investigações**

No decorrer das investigações, verificou-se a existência de indícios de conluio entre empresas; de sobrepreço dos equipamentos, tomando por base aquisições com a mesma especificação durante o período de pandemia; de contratação de empresa sem capacidade para entrega do produto nos prazos estabelecidos; e de pagamentos antecipados à empresa sem exigência de garantia. Com relação a esta última irregularidade, o MPF já solicitou o sequestro do valor pago visando a recomposição do erário.

Os contratos investigados, promovidos pela Secretaria de Saúde de Fortaleza (CE) e pelo Instituto Dr. José Frota (IJF), hospital da rede municipal, somam R\$ 34,7 milhões, dos quais foram pagos antecipadamente o valor de R\$ 22,1 milhões, sem garantia dada pela empresa. Além disso, as análises de preços sinalizam potencial prejuízo financeiro de até R\$ 25,4 milhões.

A Secretaria de Saúde de Fortaleza alegou em sua justificativa para a aquisição emergencial a convivência diária com uma demanda de aproximadamente 100 pacientes em fila de espera para internação em UTI.

### **Diligências**

A Operação consiste no cumprimento, nas cidades de Fortaleza (CE) e de São Paulo (SP), de sete mandados de busca e apreensão. O trabalho conta com a participação de quatro servidores da CGU e de cerca de 50 policiais federais.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal Fala.BR para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre estes contratos ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, bastando escolher a opção “Não identificado”.

### **Balanço**

A Operação Dispneia é a quinta realizada pela CGU, em conjunto com outros órgãos de controle e de defesa, visando a eficiente aplicação dos recursos públicos federais repassados a estados e municípios para combater o novo coronavírus. Nos meses de abril e maio, [outras quatro operações especiais](#) foram deflagradas na Paraíba, Amapá, São Paulo e Distrito Federal para desarticular esquemas de fraude na aquisição de bens, serviços e insumos destinados às ações de enfrentamento à pandemia.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/05/cgu-mpf-e-pf-apuram-irregularidades-na-secretaria-de-saude-de-fortaleza-ce>

## **21/05/2020: OPERAÇÃO MEDCRUZ - CGU e Polícia Federal combatem fraudes na saúde do município de Cruzeiro (SP)**

Operação Medcruz investiga irregularidades na contratação de gerenciamento de serviços pela Prefeitura. Prejuízo potencial é da ordem de R\$ 3,1 milhões

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (21), da Operação Medcruz, realizada em parceria com a Polícia Federal (PF). O objetivo é apurar irregularidades em contratação de gerenciamento de serviços de saúde pela Prefeitura Municipal de Cruzeiro (SP).

### **Investigações**

As apurações tiveram início a partir de fiscalização da CGU sobre a aplicação dos recursos do Programa de Atenção à Saúde da População para Procedimentos de Média e Alta Complexidade. O montante fiscalizado foi de R\$ 7.213.916,42.

A CGU constatou elementos de fraudes na contratação e na prestação de serviços irregulares na área da saúde. O prejuízo já apurado é de R\$ 534 mil, com indicativo potencial de chegar a R\$ 3,1 milhões. Destaca-se que, entre 2017 e março de 2020, a Prefeitura de Cruzeiro realizou pagamentos no montante de R\$ 15.680.366,72 para a organização envolvida.

Nas investigações em curso no âmbito da Delegacia de Polícia Federal de Cruzeiro (SP) foram identificadas situações com possíveis ocorrências de crimes de falsidade ideológica, de peculato, de fraudes a licitações, de organização criminosa ou associação criminosa.

### **Diligências**

A Operação consiste no cumprimento de 15 mandados de busca e apreensão nos municípios de Cruzeiro, Mogi das Cruzes, Piquete, Poá e Taubaté (todos do estado de São Paulo) e de Resende (RJ). A Justiça Federal decretou, ainda, a quebra do sigilo de dados armazenados, bem como o sequestro dos bens de envolvidos, além de determinar o afastamento cautelar de funções públicas exercidas por investigados. O trabalho conta com a participação de 62 policiais federais e de cinco auditores da CGU.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, bastando escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/05/cgu-e-policia-federal-combatem-fraudes-na-saude-do-municipio-de-cruzeiro-sp>

## **15/05/2020: Operação Grabato - Operação Grabato apura contratação emergencial firmada pela Secretaria de Saúde do DF**

Irregularidades estão relacionadas a processo iniciado durante o período de emergência provocado pela Covid-19 para gerenciamento de leitos hospitalares. CGU participa da operação

A Controladoria-Geral da União (CGU) e a Coordenação Especial de Combate à Corrupção e ao Crime Organizado da Polícia Civil do Distrito Federal (CECOR/PCDF), em conjunto com a Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Público e Social (PRODEP) e a Promotoria de Justiça de Defesa da Saúde (PROSUS), do MPDFT, deflagram na manhã desta sexta-feira (15) a “Operação Grabato”, com o objetivo de apurar irregularidades em contratação emergencial, via dispensa de licitação, firmada pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal (SES-DF). Há suspeita de direcionamento.

As irregularidades, que foram inicialmente detectadas pelo ministério público, estão relacionadas a processo iniciado durante o período de emergência sanitária em razão da pandemia de Covid-19 para contratação de empresa para gerenciamento de aproximadamente 200 leitos no hospital de campanha construído no Estádio Nacional Mané Garrincha, com inauguração prevista para os próximos dias. O valor do contrato firmado é de aproximadamente R\$ 79 milhões. As análises investigatórias ainda alcançam os procedimentos de contratação de empresa para gerir as UTIs do Hospital da PMDF e de aluguel de ambulâncias, ambas relacionadas aos esforços de enfrentamento à pandemia.

A suspeita é que a empresa contratada tenha se aproveitado da situação de calamidade para, com a participação de servidores públicos, burlar as regras legais e firmar contrato com a Secretaria de Saúde causando prejuízo aos cofres públicos.

Na ação de hoje foram cumpridos oito mandados de busca e apreensão nas regiões de Taguatinga, Asa Norte, SIA e Lago Sul, em empresas e residências de empresários e do servidor público envolvido, bem como na Subsecretaria de Infraestrutura em Saúde da SES-DF, responsável pela contratação.

As diligências visam obtenção de elementos probatórios que irão subsidiar as investigações em andamento que apontam, até o momento, para a ocorrência dos crimes de inobservância deliberada das formalidades pertinentes à dispensa de licitação e estelionato contra a administração pública, podendo-se, após análise do material apreendido, chegar a outros crimes e à quantificação do prejuízo ao Erário.

Participaram da operação de hoje 40 policiais civis, entre delegados, agentes, escrivães e peritos criminais, além de promotores e analistas do MPDFT e dois auditores da CGU, todos utilizando equipamentos de proteção individual (EPIs) que também foram fornecidos às pessoas que se encontravam nos locais alvos das buscas como medida de prevenção à disseminação do novo coronavírus.

As investigações ainda estão em curso, razão pela qual não haverá atendimento à imprensa.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, bastando escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/05/operacao-grabato-apura-contratacao-emergencial-firmada-pela-secretaria-de-saude-do-df>

## **29/04/2020: OPERAÇÃO VIRUS INFECTIO - CGU desarticula desvio de recursos para combate ao Covid-19 no Governo do Amapá**

Compra de equipamentos de proteção individual foi superfaturada. Máscaras duplas descartáveis estavam 814% acima do preço praticado no mercado nacional

A Controladoria-Geral da União (CGU) participou, nesta quarta-feira (29), em Macapá (AP), da Operação Virus Infectio. O trabalho foi realizado em parceria com a Polícia Federal (PF) e o Ministério Público Federal (MPF). O objetivo foi desarticular esquema de desvio de recursos destinados ao enfrentamento do novo coronavírus.

A operação teve início com a apuração de supostos indícios de superfaturamento na aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) pelo Governo do Amapá, para atender às necessidades das equipes assistenciais de prevenção e combate à pandemia do Covid-19. O [Extrato de Dispensa de Licitação nº 02/2020 – CPL/SESA](#) foi publicado no Diário Oficial da União em 30 de março. A contratação foi realizada com recursos do Fundo Estadual de Saúde (FES/AP).

Os órgãos de investigação, mediante comparação aos preços médios de itens adquiridos por dispensa de licitação, constataram que a aquisição desses equipamentos de EPI ocorreu em valores significativamente maiores aos praticados no mercado nacional – como, por exemplo, em relação aos itens máscaras duplas (814%) e triplas (535%) descartáveis.

O montante relativo à compra dos itens analisados foi de R\$ 930.100, sendo que o total de referência apurado para a referida aquisição foi de R\$ 290.994,60. Portanto, foram gastos R\$ 639.105,40 a mais, o que equivale a 220% acima do preço de mercado.

### **Diligências**

A Operação Virus Infectio consistiu no cumprimento de dois mandados de busca e apreensão, um na residência dos sócios e outro na sede da empresa de equipamentos hospitalares contratada. Os investigados poderão responder pelos crimes de fraude à licitação e integrar organização criminosa, e, se condenados, cumprir pena de até 14 anos de reclusão.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, bastando escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/04/cgu-desarticula-desvio-de-recursos-para-combate-ao-covid-19-no-governo-do-amapa>

## **23/04/2020: OPERAÇÃO ALQUIMIA - Operação Alquimia combate irregularidades na Secretaria de Saúde de Aroeiras (PB)**

Investigações apontam superfaturamento e utilização indevida de inexigibilidade de licitação para compra de material de campanha de combate ao COVID-19

A Controladoria-Geral da União (CGU) participa, nesta quinta-feira (23), na Paraíba, da Operação Alquimia. O trabalho é realizado em parceria com a Polícia Federal (PF), o Ministério Público Federal (MPF) e o Grupo de Atuação Especial Contra o Crime Organizado do Ministério Público do Estado (GAECO/MPPB).

A ação visa combater irregularidades em processos de inexigibilidade de licitação, realizados pela Prefeitura de Aroeiras (PB), tendo como objeto a aquisição de livros e cartilhas, com recursos federais da área da saúde, no montante aproximado de R\$ 580 mil, destinados à campanhas educativas da Secretaria Municipal de Saúde, inclusive tendo como um dos temas o enfrentamento da pandemia causada pelo novo coronavírus.

Os trabalhos foram iniciados pela CGU, que, a partir de levantamento de dados, obtenção de documentos junto ao portal eletrônico do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba (TCE-PB) e de outras pesquisas realizadas na Internet, constatou: a ocorrência de superfaturamento, causando dano ao erário; a utilização indevida de inexigibilidade de licitação para adquirir materiais comercializados por várias empresas; e o desperdício de recursos públicos com a aquisição de material de campanha de combate ao COVID-19, tendo em vista que o mesmo é disponibilizado gratuitamente pelo site do Ministério da Saúde. As situações constatadas pela CGU foram enviadas ao Ministério Público Federal e à Polícia Federal por meio de Nota Técnica.

### **Impacto social**

As irregularidades praticadas pela Prefeitura de Aroeiras (PB) impactaram negativamente as medidas de combate ao COVID-19 voltadas à população carente. Especificamente para esta ação, a União e o Governo do Estado transferiram R\$ 214.188,68 para o município. Porém, ao invés de utilizar os recursos para aquisição de materiais e serviços a serem utilizados em ações efetivas de combate ao COVID-19, a exemplo da compra de equipamentos de proteção individual para uso dos profissionais de saúde do município, a gestão municipal optou por adquirir cartilhas voltadas a orientar a população sobre a pandemia, mediante procedimento irregular de inexigibilidade de licitação, conforme nota de empenho no valor total de R\$ 279.300,00, cujos materiais orientativos poderiam ser obtidos gratuitamente no site do Ministério da Saúde.

### **Diligências**

A Operação Alquimia consiste no cumprimento de três mandados de busca e apreensão nas cidades paraibanas de Aroeiras e Patos. O trabalho conta com a participação de quatro servidores da CGU e de 12 policiais federais. As equipes utilizam equipamentos de proteção individual (EPI), para que não haja comprometimento das medidas de prevenção à disseminação do novo coronavírus.

A CGU, por meio da Ouvidoria-Geral da União (OGU), mantém o canal [Fala.BR](#) para o recebimento de denúncias. Quem tiver informações sobre esta operação ou sobre quaisquer outras irregularidades, pode enviá-las por meio de [formulário eletrônico](#). A denúncia pode ser anônima, bastando escolher a opção “Não identificado”.

<https://www.gov.br/cgu/pt-br/assuntos/noticias/2020/04/operacao-alquimia-combate-irregularidades-na-secretaria-de-saude-de-aroeriras-pb>